

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**O BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E O SEU
PROCESSO DE FEDERALIZAÇÃO**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por **Antônio Brandl Filho**

Orientador: Renato Campos

Área de Pesquisa: Política Econômica

Palavras-chaves: 1. Neoliberalismo
2. Globalização
3. Federalização
4. Privatização
5. Besc

Florianópolis, junho de 2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota ao aluno **Antônio Brandl Filho** na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora: _____

Prof. Renato Ramos Campos

Presidente

Prof. Laércio Barbosa Pereira

Membro

Prof. Valdir Alvim da Silva

Membro

“O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa nos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, dos sapatos e dos remédios dependem de decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha, estufa o peito, dizendo que odeia a política. Não sabe que é imbecil, que da sua ignorância política nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos que é o político vigarista, pilantra, corrupto, é o lacaios dos exploradores do Povo.”

Bertoldo Brecht.

SUMÁRIO

LISTA DE ANEXOS.....	vi
LISTA DE GRÁFICOS	vii
LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE QUADROS	ix

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Considerações metodológicas: o problema da pesquisa e sua relevância	13
1.2 Problema da pesquisa	15
1.3 Objetivo geral.....	16
1.4 Objetivos específicos	16
1.5 Estrutura do trabalho	16
1.6 Métodos de investigação.....	17

CAPÍTULO II

2. O PENSAMENTO NEOLIBERAL GLOBALIZADO E O SISTEMA FINANCEIRO	18
2.1 As mudanças provocadas pela globalização financeira.....	20
2.2 As recomendações dos Bancos Multilaterais.....	22
2.3 A privatização dos bancos estaduais nesse novo contexto	25

CAPÍTULO III

3. PROCESSO DE FEDERALIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO BESC.....	29
3.1 1995-98: o governo de Paulo A. Vieira (PMDB):.....	29
3.2 1998: Esperidião Amin - Senador e promessa de candidato a governador	31

3.2.1	O papel do Banco Central do Brasil (Bacen)	31
3.3	1999-2002: Governo de Esperidião Amin (PPB).....	32
3.4	A resistência dos movimentos sociais em defesa do SFBesc	35

CAPÍTULO IV

4.	O DESEMPENHO DO BESC NA ECONOMIA CATARINENSE	38
4.1	Rede de agências e o atendimento ao setor público	38
4.2	Evolução das linhas de crédito e os empréstimos ao setor privado.....	42
4.2.1	A economia de Santa Catarina: características setoriais e a distribuição das atividades econômicas	42
4.2.2	Quadros comparativos da evolução dos principais indicadores de desempenho do Besc.....	47

CAPÍTULO V

5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60

LISTA DE ANEXOS

Anexo I:

Relação das agências pioneiras do Banco do Estado de Santa Catarina – BESC,
e sua distribuição por região no Estado Catarinense. 63

Anexo II:

Relação dos Postos de Atendimento Bancários – PAB – nos municípios do
Estado de Santa Catarina, em ordem alfabética. 64

Anexo III

Carta do Banco Central do Brasil ao governo do Estado de Santa Catarina,
referente ao processo de federalização do BESC. 64

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:

Quantidade de cheques compensados 1998 – 2001 48

Gráfico 2:

Quantidade de empréstimos e títulos descontados 1998- 2001 48

Gráfico 3:

Quantidade de financiamentos e CDC 48

Gráfico 4:

Empréstimos concedidos pelo BESC – Saldo das operações (milhões) 1996 – 2002..... 49

LISTA DE FIGURAS

Mapa 1:

Distribuição das 147 agências e Postos de Atendimento Bancário do Besc no Estado de Santa Catarina. 39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:

Matriz da Estratégia de Assistência – 1998 – 2000	24
---	----

Quadro 2:

Situação dos Bancos Estatais em 2000	26
--	----

Quadro 3:

Rede de agências bancárias em Santa Catarina	40
--	----

Quadro 4:

Arrecadação de tributos e faturas.....	41
--	----

Quadro 5:

Folha de Pagamento – Estado e Empresas Públicas	41
---	----

Quadro 6:

Arrecadação de Guias.....	41
---------------------------	----

Quadro 7:

Pagamento de Pensionistas.....	41
--------------------------------	----

Quadro 8:

Arrecadação Municipal	42
-----------------------------	----

Quadro 9:

Folha de pagamento	42
--------------------------	----

Quadro 10:

Análise comparativa do PIB de Santa Catarina em relação ao Brasil e a Região Sul 44

Quadro 11:

Principais empresas presentes em Santa Catarina 44

Quadro 12:

Evolução e distribuição dos recursos captados 1996 - 2002 (R\$ milhões) 47

Quadro 13:

Cheques Compensados e Contratos existentes no BESC 1998 - 2001 47

Quadro 14:

Empréstimos concedidos pelo BESC 1996 – 2002 (R\$ milhões) 49

Quadro 15:

Evolução e distribuição por linha de crédito 1994 -1996 (R\$ milhões) 50

Quadro 16:

Distribuição do crédito ao Setor Privado 1996 (R\$ milhões)..... 50

Quadro 17:

Evolução e distribuição por linha de crédito 1994 – 1997 (R\$ milhões)..... 51

Quadro 18:

Distribuição do crédito ao Setor Privado 1997 (R\$ milhões)..... 51

Quadro 19:

Evolução e distribuição por linha de crédito 1997 – 1998 (R\$ milhões)..... 52

Quadro 20:

Evolução e distribuição por linha de crédito 1998 – 1999 (R\$ milhões)..... 53

Quadro 21:

Evolução e distribuição por linha de crédito 1999 – 2000 (R\$ milhões)..... 54

Quadro 22:

Distribuição do crédito ao Setor Privado 2000 (R\$ milhões)..... 54

Quadro 23:

Evolução e distribuição por linha de crédito 2000 – 2001 (R\$ milhões)..... 55

Quadro 24:

Evolução e distribuição ao Setor Privado 2001 (R\$ milhões)..... 56

Quadro 25:

Evolução e distribuição por linha de crédito 2001 – 2002 (R\$ milhões)..... 57

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO

A introdução do neoliberalismo, em especial no Brasil, deve-se a necessidade de suprir o estrangulamento das contas nacionais. Como as Agências Multilaterais estavam voltadas na implementação da liberalização e desregulamentação dos mercados, como forma de atender as necessidades dos países hegemônicos, os países que se socorreram nestas entidades tiveram que submeter-se ao receituário padronizado pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial.

O alcance destas medidas com a concordância do governo legitima as medidas de política econômica sugeridas provocando reformas liberalizantes, essenciais para a construção de um novo modelo de desenvolvimento e financiamento baseado na livre atuação das forças de mercado.

O setor bancário foi quem mais sentiu a atuação das forças de mercado, aliado das ações da Autoridade Monetária, como programas que estimularam a reestruturação e o fortalecimento do sistema financeiro nacional, principalmente o Programa de Incentivo à Redução do Setor público Estadual na Atividade Bancária – PROES. Esse programa propiciou uma forte transformação no setor financeiro público brasileiro na segunda metade dos anos noventa.

As condições estabelecidas nesse programa ajudavam a encobrir os efeitos das administrações fraudulentas, pois havia vantagens de assistência financeira a disposição dos governos estaduais e a agilidade do governo federal em acionar seus recursos e instrumentos jurídicos institucionais para socorrer o sistema financeiro.

No caso do processo de federalização/privatização do Banco do Estado de Santa Catarina, se configurou numa das etapas mais longas e com características institucionais mais agressivas, por parte do Banco Central e do governo estadual no que tange às políticas de privatização para os bancos estaduais.

Para fundamentar os argumentos mais comuns utilizados para a privatização como os da ineficiência do banco público, foi necessário agregar estratégias deliberadas de paralisação das operações de crédito, de manipulação de documentos e operações contábeis, além de veiculação na mídia de informações negativas, para que a opinião pública pudesse criar a idéia de uma situação desfavorável ao Banco e dar apoio para justificar sua federalização. Mas, um conjunto da sociedade e suas organizações sociais,

souberam intervir no processo, com debates políticos junto aos diversos movimentos sociais, Câmaras de Vereadores, Prefeituras e Assembléia Legislativa, bem como Ações de ordem jurídica nas mais diversas instâncias do Estado, postergando a federalização durante o período mais crítico.

A partir de 2002, com alteração na configuração política existente, tanto no nível estadual como federal, buscou-se alternativas para a manutenção do Banco do Estado de Santa Catarina, sob a ótica de banco público. Por isso se colocou como expectativa a possibilidade de reverter o processo de federalização para posterior privatização, com a capacidade do estado de Santa Catarina poder reverter a situação e reassumir o controle acionário do SFBesc, conforme compromissos eleitorais assumidos pelos candidatos e agora eleitos, o governador Luiz Henrique da Silveira e o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

Assim sendo, para que possa cumprir a missão de seu verdadeiro caráter público, com a participação efetiva da sociedade organizada nas suas deliberações, é de suma importância o retorno do Besc ao controle acionário do Estado de Santa Catarina, pois até o momento da finalização deste trabalho, o processo jurídico com as Ações Populares impetradas no Supremo Tribunal Federal; e, em outras instâncias, mantém a situação da privatização ainda *sub-júdice*, apesar de o SFBesc ter sido incluído no Programa Nacional de Desestatização (PND) em 1999.

1.1 Considerações metodológicas: o problema da pesquisa e sua relevância

No fim dos anos 80 e início dos anos 90, o Banco do estado de Santa Catarina – Besc chegou a ser considerado pelos institutos de avaliação o melhor banco estadual do país, com uma situação líquida positiva e apresentando lucro e rendendo dividendos aos seus acionistas. Entretanto, a existência de bancos sob o controle estatal constituía um obstáculo à expansão da hegemonia financeira das grandes instituições privadas em âmbito nacional e internacional. A solução encontrada foi do retorno às formas tradicionais do liberalismo imperial anglo-saxão mediante a expansão geográfica das multinacionais; das finanças, e a absorção dos bens públicos dos países periféricos em nome da reforma do Estado.

A pressão para diminuir ou eliminar completamente a presença de bancos dessa natureza se fez sentir intensamente, aliado aos programas de estabilização implementados

nos anos 90. No Plano Collor I o Banco Central (Bacen) determinou que os governos estaduais deveriam amortizar, na época do vencimento, todos os seus títulos retidos em Cruzados Novos. No Plano Collor II com a criação do Fundo de Aplicação Financeira – FAF, os títulos estaduais ficaram em desvantagens frente aos títulos federais, e no Plano Real houve a queda drástica da inflação e trouxe à tona os desequilíbrios dos bancos estaduais, então ocultados pela socialização dos ganhos propiciada pela alta inflação.

A relevância desse trabalho está no fato de o processo de federalização pelo qual está passando o Banco do Estado de Santa Catarina ser fruto da política econômica implementada no país com o plano real. Esse plano visa atender acordos assumidos com organismos internacionais, com a lógica das recomendações do Consenso de Washington para a América Latina, centrado na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira e na redução do tamanho e papel do Estado na economia. Sendo assim, destacamos as principais estratégias direcionadas a liberalização financeira e comercial como também do investimento direto estrangeiro, a privatização de empresas e bancos estatais e a flexibilização do regime cambial, entre outras, como forma de suprir a instabilidade cíclica do capitalismo.

Instituições financeiras como Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), mais conhecido como Banco Mundial, e o Fundo Monetário Internacional (FMI) incluíram em suas negociações e acordos, exigências que levaram a transformação ou privatização dos bancos estatais. São conhecidas as intenções do Banco Mundial, nesse período, em fornecer empréstimo para o Brasil reformular seu sistema financeiro incluindo esta perspectiva privatizante.

De acordo com Ary Minella (2001:56) ao analisar o reforço da hegemonia financeira privada com a privatização dos bancos públicos estaduais, mostra-nos as expectativas colocadas pelo FMI quanto às parcelas dos depósitos totais no sistema financeiro brasileiro que deveriam ser reduzidas de dois terços para cerca de 7% até o final de 1999, e o número de instituições financeiras estatais de 35 para 11 com um amplo processo de reestruturação. Assim, ele destaca também que na terceira revisão do acordo com o FMI, realizada em junho de 1999, definia-se que com a continuidade da privatização de bancos públicos restariam apenas seis bancos estaduais.

Com o processo da desestatização implementado no período de nosso estudo, observa-se que os bancos estaduais foram adquiridos por grandes grupos nacionais e estrangeiros: o Bradesco ficou com o Banco do Estado da Bahia (Baneb) e o Credireal de Minas Gerais; o Itaú com os Bancos do Estado de Minas Gerais (Bemge), o do Estado do

Rio de Janeiro (Banerj) e com o Estado do Paraná (Banestado); o ABN Amro Bank adquiriu o Banco do Estado de Pernambuco (Bandepe). Os estrangeiros como o banco espanhol Santander, ficou com o Meridional e com o Banco do Estado de São Paulo (Banespa).

Dessa forma, segundo Paulo Sandroni (1998: 22), utilizou-se um conjunto de instrumentos das instituições financeiras oficiais voltadas para a gestão da política monetária do governo, sob a orientação do Conselho Monetário Nacional (CMN), com seu subsistema normativo. Subsistema onde o Bacen é o principal órgão de regulação e fiscalização, além de ser o responsável em executar a política financeira do governo, controlar o crédito e o capital estrangeiro, representar o governo brasileiro perante os organismos financeiros internacionais e realizar operações de compra e venda de títulos públicos federais e de empresas de economia mista ou estatal. Já o subsistema operativo é constituído por instituições financeiras públicas ou privadas, que atuam no mercado financeiro. (CAVALCANTE, MISUMI, 2002: 26)

Nesse sentido, o Banco do Estado de Santa Catarina S. A. - Besc, como agente do subsistema operativo, enquadra-se na condição de instituição financeira comercial, organizada sob a forma de sociedade anônima aberta, de economia mista. O Besc, organizado sob a forma de banco comercial, desenvolve suas operações de forma interligada com outras instituições financeiras coligadas e controladas, a saber: Besc SA Corretora de Títulos Valores e Câmbio – Bescam; Besc Financeira SA - Crédito, Financiamento e Investimento – Bescredi; Besc SA Crédito Imobiliário – Bescri; Besc Distribuidora e Títulos e Valores Mobiliários SA – Bescval; Cia Hidromineral de Piratuba; Besc SA Arrendamento Mercantil e a Santa Catarina Seguros e Previdência S.A. Assim estruturado, assegurou ao longo de sua história uma participação ativa no desenvolvimento da economia estadual, sendo importante ressaltar neste contexto, como o único banco a estar *presente* em todos os 293 municípios catarinenses.

1.2 Problema da pesquisa

Dessa forma, destaca-se como principal problema da pesquisa os aspectos da formatação política do processo de federalização para posterior privatização do SFBesc sob o governo de Esperidião Amin, cujo valor de assistência financeira foi exponencialmente superior ao contratado no âmbito do Programa de Incentivo a Redução

do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes) pelo governo de Paulo Afonso Vieira que definia a reestruturação e manutenção enquanto banco público.

1.3 Objetivo geral

Objetivo geral desse trabalho é descrever os principais aspectos do processo de federalização/privatização do Banco do Estado de Santa Catarina durante os governos estaduais de Paulo Afonso Vieira e Esperidião Amin H. Filho no período compreendido entre 1995 e 2002.

1.4 Objetivos específicos

- a) Identificar as principais características da globalização financeira e o impacto sobre as políticas para os bancos públicos estatais;
- b) Analisar as políticas do governo estadual no período 1995 – 2002 que afetaram o sistema financeiro estadual;
- c) O impacto da federalização nas principais operações de crédito do Besc.

1.5 Estrutura do trabalho

Para atender ao objetivo proposto, os assuntos abordados são explorados de acordo com objetivos específicos estruturados em cinco capítulos.

No primeiro capítulo contextualiza-se o problema e estabelecem-se os objetivos do trabalho, além de apresentar a metodologia utilizada. No capítulo II identifica-se algumas características da globalização financeira e as recomendações das agências multilaterais para a privatização dos bancos públicos estaduais e demonstra-se a relação da privatização dos bancos estaduais com a política econômica implementada durante o plano real e de como o pensamento hegemônico neoliberal estendeu-se através da globalização financeira, buscando espaço de atuação no sistema financeiro nacional. O capítulo III descreve os elementos centrais do processo de federalização do Banco do Estado de Santa Catarina durante os governos de Paulo Afonso Vieira e de Esperidião Amin H. Filho e a resistência na defesa do Besc como banco público. No capítulo IV exploram-se o papel

social do crédito e o desempenho do Besc na gestão e intermediação de recursos financeiros públicos, analisando-se o reflexo da política econômica implementada nos anos 90 e a forma que atingiu o Banco do Estado de Santa Catarina. E por fim, no capítulo V, apresentam-se as considerações conclusivas acerca do processo de federalização para posterior privatização do SFBesc.

1.6 Métodos da investigação

Como forma de alcançar esses objetivos que foram propostos inicialmente no projeto desse trabalho, o método utilizado é o analítico descritivo e foi baseado nas pesquisas bibliográficas, revisando alguns elementos na literatura sobre o tema abordado, bem como pesquisa em hemeroteca na busca de editoriais, reportagens, artigos em jornais de circulação estadual e nacional do período: A Notícia, Diário Catarinense, Gazeta Mercantil, Folha de São Paulo entre outros. Pesquisa em relatórios, dissertações, monografias e *papers*. Também documentos oficiais do Ministério da Fazenda, Banco Central do Brasil, Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e relatórios do SFBesc.

CAPÍTULO II

2. O pensamento neoliberal globalizado e o sistema financeiro

O neoliberalismo como instrumento da globalização constitui um novo paradigma internacional, ou seja, nova etapa histórica das políticas internacionais de dominação de caráter imperialista. Sua referência está na conquista geoestratégica e econômica dos mercados em escala mundial para a manutenção necessária da natureza dinâmica do sistema capitalista.

O capitalismo historicamente liberal como sistema, na versão anglo-saxã, pelo menos teoricamente para Machado (2000), tem sua origem na idéia do contrato social de John Locke, em defesa das prerrogativas individuais e dos direitos naturais. Ao Estado competia a preservação da propriedade privada. Rousseau, na metade do século XVIII, modificou significativamente o conceito da liberdade individual irrestrita, condicionando-a ao interesse social, à vontade geral. Com Stuart Mill a idéia do contrato social foi praticamente abandonada e o capitalismo pragmatizado, sob a tutela do Estado imperial, expandiu-se em busca dos mercados extracontinentais. A partir de Adam Smith, o capitalismo como filosofia assumiu a arquitetura de um sistema mundial com base na empresa privada. Sua regra dominante reduz-se à moeda forte e a liberalização dos mercados internacionais. O mercado, local fictício, tomado como valor, supremo criador de riqueza e progresso, supõe uma organização social e política que estabelece os limites da soberania dos Estados.

Conforme Ferreira (2001) com os governos conservadores assumindo postos de poder nos principais países capitalistas, como o de Margaret Thatcher na Inglaterra (1979), Ronald Reagan nos Estados Unidos (1980) e Helmut Kohl na Alemanha (1982), adotam estratégias de dismantelamento do Estado de bem-estar social alegando ser ele a causa de um grande mal: a pobreza. Estes governantes recorrem a ideólogos do Estado neoliberal, Friedrich Hayek e Milton Friedmann. (RAMPINELLI, 2001).

Segundo Rampinelli (2001:16) Hayek e Friedmann como mentores da Escola de Chicago vêem toda economia girando em torno do mercado e o equilíbrio perfeito ocorre quando os produtos oferecidos são exatamente os procurados. Embora este equilíbrio seja irrealizável segundo Hayek é necessário buscá-lo, pois o mercado é *milagroso* já que realiza o equilíbrio entre oferta e procura. Para Friedmann, teórico e líder

da escola monetarista, há somente dois métodos para organizar as atividades econômicas: o Estado totalitário ou o livre mercado. Quando o Estado intervém em favor do social leva inevitavelmente ao Estado totalitário. Segundo Friedmann ainda, o monopólio só ocorre quando há acordo entre interesses particulares e o Estado, pois se houver plena liberdade não haverá monopólio. O mercado faz surgir novos concorrentes, estimulando a atividade econômica.

Dessa forma, os detentores do poder passaram a usar eufemisticamente a palavra globalização o que para Chesnais (1996) este termo foi criado pelas escolas de administração de empresas estadunidenses e popularizado no início dos anos 80 através de obras de consultores de estratégia e marketing internacional, procurando caracterizar a nova situação econômico-política mundial. A imprensa econômica e financeira inglesa difundiu o conceito que muito rapidamente tomou conta, segundo Rampinelli (2001), das mentes e corações, principalmente dos meios de comunicação dos países pobres. Assim, para Chesnais:

...o adjetivo 'global' surgiu no começo dos anos 80, nas grandes escolas americanas de administração de empresas, as célebres *'business management schools'* de Harvard, Columbia, Stanford etc. Foi popularizado nas obras e artigos dos mais hábeis consultores de estratégia e marketing, formados nessas escolas - o japonês K. Ohmae (1985 e 1990), o americano M.E. Porter - ou em estreito contato com elas. Fez sua estréia a nível mundial pelo viés da imprensa econômica e financeira da língua inglesa, e em pouquíssimo tempo invadiu o discurso político neoliberal. Em matéria de administração de empresas, o termo era utilizado tendo como destinatários os grandes grupos, para passar a seguinte mensagem: em todo lugar onde se possa gerar lucros, os obstáculos à expansão das atividades de vocês foram levantados, graças à liberalização e à desregulamentação; a telemática e os satélites de comunicações colocam em suas mãos formidáveis instrumentos de comunicação e controle; reorganizem-se e reformulem, em consequência, suas estratégias internacionais. (CHENAIS, 1996:23).

Desta forma a globalização aliada ao liberalismo de mercado acaba, de acordo com Machado, negando as questões sociais pois "ignora a sociedade como um todo, como um organismo vital fundado em relações de valor humano, menosprezando ainda a noção de territorialidade, portanto de direitos naturais das nações mais fracas ou vulneráveis" (Machado, 2000:27).

2.1 As mudanças provocadas pela globalização financeira

Ao longo das décadas de 80 e 90, a expansão acelerada dos mercados financeiros e os processos de liberalização econômica, privatização e reestruturação produtiva tem realimentado mutuamente, dinamizando o capitalismo contemporâneo, o que Chesnais denomina de “regime de acumulação mundial predominantemente financeiro” como o modo através do qual o capital assegura sua reprodução na atualidade. A análise de que o sentido excludente desses movimentos de mundialização do capital dominados pela esfera financeira, encerra uma dupla polarização. Por um lado, uma cisão interna a cada país expressa no distanciamento crescente entre os mais altos e os mais baixos rendimentos. Por outro, uma polarização internacional acentuando os fatores de hierarquização entre países e aprofundando a divisão entre as nações situadas “no âmago do oligopólio mundial”, como aquelas que participam de modo subordinado dessa dinâmica e as que não mais interessam ao capital (Chesnais, 1997:23).

Essas profundas transformações do capitalismo mundial convertem o sistema financeiro internacional em um megamercado único de dinheiro, interconectado pelos recursos da comunicação eletrônica e funcionando ininterruptamente. Para enfrentar o novo ambiente financeiro, um processo intenso de reestruturação tem sido deflagrado nos sistemas bancários nacionais, implicando em fusões e incorporações entre instituições, liquidações e privatizações de bancos. Tais movimentos, que privilegiam e fortalecem o grande capital privado transnacional, generalizaram-se nos anos 80 pelo mundo capitalista avançando e atingindo grande parte de países periféricos e semi-periféricos, na década de 90.

Como outros países da América Latina, o Brasil insere-se subordinadamente nos movimentos mundiais do capitalismo, sujeito aos dinamismos das economias hegemônicas e dos mercados de capitais. A política econômica e financeira desenvolve programas de abertura comercial, desregulamentação e privatização que aumentam a vulnerabilidade externa do país, precarizam o trabalho e agravam os níveis de pobreza.

O sistema financeiro passou por importantes transformações nas últimas duas décadas, cujas características básicas são a chamada desregulamentação e liberalização. A internacionalização financeira facilitou o fluxo de capitais entre países e a adoção de novos instrumentos financeiros possibilitados pelos avanços, como vimos das telecomunicações e da telemática.

Na década de 90, no Brasil, e especialmente a partir do plano real, no contexto de um processo de maior abertura e desregulamentação financeira, iniciou-se um novo ciclo de concentração bancária e também de maior abertura à participação de instituições financeiras estrangeiras. Isso fez com que o jogo pela partilha do mercado ficasse mais pesado, pois agora havia a participação de grupos financeiros internacionais.

Em vários estados da federação as sedes bancárias privadas regionais desapareceram. Configurou-se um sistema bancário caracterizado pela presença de instituições financeiras de grande porte atuando nacionalmente, e entre a partilha desse mercado, a caça predileta deste novo ciclo foram os bancos estaduais.

A formatação do modelo que se configurou tem recebido diferentes denominações, tais como, a financeirização global da riqueza (Braga, 1997), a acumulação sob dominância financeira (Chesnais, 1998), ou até de tirania financeira (Fitoussi, 1997). A essência deste processo está na elevada transferência de excedente para órbita financeira, o que vale dizer, para as instituições financeiras e para aqueles segmentos empresariais e sociais que também compartilham dessa vantagem. Para que isto seja possível, os governos, as empresas e os indivíduos estão pagando exorbitantes taxas de juros reais, estão sustentando vultosas e especulativas operações cambiais e pagando caro pelos mais diversos serviços prestados pelo sistema (Minella, 2001).

Para atender a este pagamento os governos cortam seus investimentos e gastos sociais, aumentam impostos e arrocham o salário dos funcionários públicos. Para realizar tudo isso não faltam argumentos. Segundo Petras, o objetivo foi criar uma linguagem e conceitos que parecessem ser técnicos ou apolíticos, que parecessem ser divorciados de interesses de classes às quais eles serviam. O termo *ajuste estrutural* significava uma intervenção do Estado na economia com o objetivo de reduzir direitos sociais e trabalhistas e possibilitar uma concentração da renda e da propriedade; outro termo que passou a ser bastante utilizado refere-se a *reforma econômica* que na realidade, é uma forma de fazer com que o capital se aproprie de uma parcela cada vez maior da riqueza gerada na economia, as empresas públicas sejam transferidas para o capital privado e o capital externo possa explorar os recursos nacionais estratégicos. A *flexibilização das relações de trabalho* é uma contraposição aos contratos coletivos de trabalho e uma forma de redução dos direitos do trabalhador. Outro termo que parece ter uma conotação social positiva e neutra é *globalização*, mas na realidade, é um processo de expansão dos países imperialistas, aparece como sendo movimentos de produtos e de capital através das fronteiras, unindo os países num esquema mundial de comércio. Este enfoque abdica de

um referencial histórico e oculta aqueles que dirigem e se beneficiam deste processo. O termo *estabilização*, aparentemente neutro e técnico carrega consigo a tarefa de diminuir a resistência social e fortalecer os lucros e a capacidade de barganha do capital. Embora esses termos signifiquem uma regressão do ponto de vista social, a sua forma de apresentação transmite uma imagem positiva da modernidade e do progresso e, portanto, tendem a ser aceitos com naturalidade (Petras, 1999, p. 63-66). Todos esses termos ganham sua coerência no caldeirão do pensamento neoliberal e respaldo do centro do império desde o chamado Consenso de Washington de 1989, para solucionar os problemas da "crise da dívida" da década de 1980.

2.2 As recomendações dos Bancos Multilaterais

O processo de federalização pelo qual está passando o Banco do Estado de Santa Catarina, é fruto da política implementada no país, visando atender acordos assumidos com organismos internacionais com a lógica das recomendações do Consenso de Washington, dentre as quais destacamos: a liberalização financeira, o regime cambial, a liberalização comercial, o investimento direto estrangeiro e a privatização como formas de suprir a instabilidade cíclica do capitalismo contemporâneo. A solução encontrada foi do retorno às formas tradicionais do liberalismo imperial anglo-saxão mediante a expansão geográfica das multinacionais, das finanças e a absorção dos bens públicos dos países periféricos em nome da reforma do Estado.

O Brasil e a América Latina, neste contexto, estavam sofrendo um novo estrangulamento das contas externas, pois o FMI e o BIRD já vinham impondo o seu programa recessivo de ajuste e a abertura dos mercados. O objetivo destes organismos financeiros era que os países devedores abraçassem o mito do desenvolvimento pela liberalização dos mercados, sob a promessa de novos empréstimos bancários, entrada de capitais financeiros e novos investimentos diretos. Foi assim que essas economias periféricas transformaram-se em exportadoras líquidas de capital, comprometendo tanto o presente como o seu futuro. As dívidas externas acrescidas do endividamento interno tornaram-se exponenciais. O desenvolvimento foi drasticamente sustado com a política recessiva, as privatizações financiadas pelo próprio governo, transformando-se segundo Aloysio Biondi (1999) em verdadeiros “negócios da China” para as multinacionais.

O desemprego atingiu proporções alarmantes, o patrimônio alienado e a corrupção alastrou-se de maneira sistêmica em todas instâncias do Estado e do setor privado.

Para Machado (2000) a regressão econômica produzida pelo neoliberalismo no seu formato mundializado agravou a concentração da renda provocando uma considerável desigualdade social. A base das exportações dos países periféricos continua sendo de produtos primários e as exportações de produtos com valor agregado são de competência das empresas transnacionais, que não trazem muitos benefícios já que os resultados se acumulam no exterior. Os países do subsistema globalizado ficaram fora dos processos de concentração de capital, reduzidos há novas colônias de expropriação econômica e financeira.

Segundo Machado, o economista norte-americano John K. Galbraith chegou a denunciar que a globalização não era um conceito sério, e disse textualmente:

nós, americanos o inventamos para dissimular nossa política de entrada econômica nos outros países. E para tornar respeitáveis os movimentos especulativos do capital, que sempre são causa de graves problemas. Globalização é uma palavra que se tornou moda entre pessoas que não têm mais no que pensar. Não pode ser global um sistema que exclui da prosperidade cerca de dois terços da humanidade inteira. (MACHADO, 2000:28)

Para evidenciar esse processo pelo qual o Brasil passou nesse último decênio, em cumprir acordos estabelecidos com organismos multilaterais, destaca-se alguns elementos da Matriz da Estratégia de Assistência 1998-2000 elaborada pelo Banco Mundial para a "Reforma do Setor público" brasileiro (quadro abaixo). Esta Matriz encontra-se inserida nos documentos oficiais negociados com o Banco Mundial (BIRD) para se obter assistência financeira para financiar o crescimento e a estabilidade macroeconômica. Para tanto, o país necessitava implementar a privatização dos bancos públicos e empresas estatais.

Quadro 1 – Matriz da Estratégia de Assistência: 1998-2000

BRASIL: 1997 Estratégia de Assistência ao País

Crescimento Ambientalmente Sustentável e Estabilidade Macroeconômica

Questões	Diagnóstico	Estratégia	Objetivos de Desempenho do Governo do Brasil*	Instrumentos do BIRD**	Instrumentos do CFI
<p>Reforma do Setor público</p> <ul style="list-style-type: none"> Fortalecer perspectivas de estabilidade macroeconômica sustentada: inflação CPI diminuiu de 2.668% em 1994 para aproximadamente 10% em 1996. O desempenho fiscal precisa ser fortalecido para consolidar e estabilização 	<p>O esforço de estabilização tem se baseado primordialmente na combinação de uma política de taxa de câmbio nominal como a âncora e política monetária restritiva. O ajuste das finanças do setor público está atrasado, é necessária atenção especial para melhorar o desempenho fiscal nos níveis subnacionais (estaduais) e para privatizar empresas públicas</p>	<p>A estratégia governamental básica é fortalecer os fundamentos fiscais estruturais da estabilização, com ações chave da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> Gastos públicos: reduzir despesas com trabalho após a reforma do funcionalismo público; Impostos: melhorar sistema de impostos sobre valores agregados; Previdência Social: introduzir sistema financeiramente viável; Bancos: fortalecer a supervisão, reduzir o papel dos bancos Estaduais através da privatização e reestruturação; Continuar programa de privatização para outras empresas federais e estaduais públicas. 	<ul style="list-style-type: none"> Inflação de um dígito. Reduzir o déficit operacional do setor público de 3,9% do PIB em 1996 para um máximo de 2,0% em 1999. (i) aprovação da reforma do funcionalismo público eliminando a estabilidade em 1997; (ii) diminuição da parte dos encargos trabalhistas de 40% da receita em 1996 para 35% em 1998; (iii) redução do deslocamento dos mercados financeiros através da redução da parte da dívida pública no M4. Aprovação da legislação de impostos com taxas mais baixas e uniformes e mecanismos aprimorados de cumprimento; Aprovação e estabelecimento de legislação aprimorada de pensão para o funcionalismo público e setor privado; Melhor adequação do capital dos bancos e redução da exposição do setor público a perdas bancárias; Fortalecimento das agências de classificação; Criação de agência ou mecanismo de socorro de ativos; Reduzir participação de bancos estaduais no total de ativos e passivos do setor financeiro; Vender empresas públicas e serviços de concessão pública. 	<p>ESW: Primeira CEM: Contingências Macroeconômicas; Programa de Reformas Estruturais; Gerenciamento de Dívida Pública; Segunda CEM: Questões de competitividade. Áreas de empréstimos a serem consideradas: Reforma do Estado/Privatização. Implementação de Empréstimos Prévios: Empréstimos para a para Reforma do Estado/Privatização para Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Mato Grosso.</p> <p>Implementação: TAL do Banco Central.</p>	<p>Dar assistência à reabilitação do sistema bancário. Possível assistência na criação de agência de classificação. Finanças pós-privatização. Operações de socorro a ativos. Trabalho de consultoria sobre privatização: Nordeste, infra-estrutura.</p>

* Em áreas assistidas pelo Banco. ** Reflete as áreas principais de assistência já discutidas, mas não exclui outras possibilidade que poderia surgir.

Comentam-se a seguir, apenas as recomendações do Banco Mundial direcionadas ao comportamento do governo brasileiro especificamente em relação à reforma do setor público direcionadas aos bancos estaduais.

Como se pode observar no quadro acima, o **Diagnóstico** da matriz da estratégia de assistência ao País em relação a reforma do setor público aponta para a necessidade de privatizar empresas públicas. Com relação a **Estratégia** a ser adotada especificamente em relação aos bancos, a ação chave é a de reduzir o papel dos bancos estaduais através da privatização e reestruturação. Com adoção desta estratégia, o **objetivo de desempenho do governo do Brasil** era de reduzir a participação dos bancos estaduais no total de ativos e passivos do setor financeiro. Os **instrumentos de sustentação do Banco Mundial** na adoção dessas diretrizes pelo Brasil, estavam respaldados pelo programa de reformas estruturais nas áreas de empréstimos a serem consideradas em relação a reforma do estado/privatização enquanto que os **instrumentos da Corporação Financeira Internacional – CFI** era o de dar assistência à reabilitação dos sistema bancário além de sustentar o sistema com finanças pós-privatização em operações de socorro de ativos.

Estão contemplados também na Matriz da Estratégia de Assistência 1998-2000, no documento do Banco Mundial, outros setores: Infra-estrutura e Desenvolvimento do Setor Privado, Sustentabilidade Ambiental, Pobreza Rural, Desenvolvimento Rural e Crescimento Regional e Serviços Urbanos Básicos e Pobreza Urbana. Todos esses setores recebem as devidas indicações/recomendações dos procedimentos a serem adotados pelo Brasil, tais como: Questões; Diagnóstico; Estratégia/Ações; Objetivos de Desempenho do Governo do Brasil; Instrumentos do BIRD e os Instrumentos do CFI.

2.3 A privatização dos bancos estaduais nesse novo contexto

Como se observou nas orientações da Matriz das estratégias do Banco Mundial para a reforma do estado, com relação a privatização do sistema financeiro estadual, o movimento de reorganização foi comandado pelos interesses especulativos de grandes grupos e instituições nacionais e internacionais privadas, aumentando a concentração e centralização de capital e fortalecendo o controle estrangeiro no setor com o desmonte do sistema bancário estatal, prevalecendo e fortalecendo a hegemonia do sistema financeiro privado.

Estudos realizados pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) em 2000, apontam que a participação dos bancos privados estrangeiros no total dos ativos do Sistema Financeiro Nacional expandiu-se de 6,9% em 1992 para 27,4% em 2000, enquanto a participação das instituições estaduais e federais caiu de 52,7% para 36,5%.

No mesmo período vinte bancos estatais foram privatizados, liquidados ou federalizados para futura privatização, desde a segunda metade dos anos 90.

A situação desses bancos no final de 2000, como conseqüência das opções políticas do governo de Fernando Henrique Cardoso, encontra-se sistematizada no quadro a seguir:

Quadro 2 - Situação dos bancos estatais em 2000

Instituições Estaduais		
Saneamento com manutenção de controle pelo Estado	BANRISUL (RS), NOSSA CAIXA (SP), BANESTES (ES), BANESE (SE), BANPARA (PA).	
Privatização	Privatizadas	PARAIBAN (PB), BANERJ (RJ), CREDIREAL E BEMGE (MG), BANDEPE (PE), BANEB (BA), BANESTADO (PR), BANESPA (SP).
	Federalizadas: em vias de privatização	BEG (GO), BEC (CE), BEP (PI), BEA (AM), BESC (SC), BEM (MA).
Transformação em Agência de Fomento	BANACRE (AC), DESENBANCO (BA), BANDES (ES), BDMG (MG), BDRN (RN), RONDOPOUP (RO), BANER (RR), BADESC (SC), Caixa Econômica (RS).	
Liquidação extrajudicial	PRODUBAN (AL), BANAP (AP), BEMAT (MT), Minas Caixa (MG), parte do BANERJ (RJ), BADERN (RN), BERON (RO).	
Instituições Federais		
Privatizada	Meridional	
Em processo de reestruturação	Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Amazônia (BASA), Banco do Nordeste Brasileiro (BNB).	
Manutenção	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); BRB (DF)	

Fonte: DIEESE – Linha Bancários (2000)

Convém ressaltar que os bancos estatais eram de acordo com Jinkings (2001), ainda que de modo insuficiente, instrumentos essenciais no financiamento das atividades produtivas, nas mais distantes regiões do país. De acordo com ela, os dados sistematizados pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo quando da implementação do Plano Real,

davam conta de que os bancos privados estavam presentes em 32% dos municípios brasileiros (1.608), em geral nas cidades de maior porte, enquanto os estatais serviam 65% dos municípios (3.262).

Quanto ao fornecimento de crédito, as instituições financeiras federais e estaduais eram responsáveis por 77,7% dos empréstimos destinados à habitação, 85% do crédito agrícola e 90% dos financiamentos ao setor público – infra-estrutura, saneamento básico e obras das administrações em 1995. Com o desmonte do sistema bancário estatal, amplas localidades são destituídas do acesso ao financiamento de suas atividades produtivas. Segundo dados da Confederação Nacional dos Bancários, entre 1993 e 1998 aumentou em 52% o número de municípios sem qualquer agência bancária. Agências e postos de atendimento localizados em regiões consideradas pouco atrativas, do ponto de vista das possibilidades de lucro e da dinâmica do mercado, são fechadas e seus funcionários transferidos ou demitidos. (JINKINGS, 2001:189)

Desse modo, ao consolidar um modelo de sistema financeiro marcado pelo fortalecimento do capital privado, a reestruturação capitalista no país concentra cada vez mais o sistema em grandes centros urbanos e elitiza o crédito, tornando o sistema financeiro nacional desarticulado da esfera produtiva.

Nos bancos que se mantêm estatais, programas de reorganização do trabalho destinam-se a convertê-los em empresas lucrativas, atraentes ao capital privado transnacional. São movimentos de ajuste administrativo e de redefinição de perfil operacional e da atividade bancária, inspirados nas experiências de grandes conglomerados financeiros privados nacionais e estrangeiros, que muitas vezes antecedem os processos de privatização das instituições.

Dominados pela lógica privada de gestão e seguindo as tendências da reestruturação nos sistemas bancários de países capitalistas centrais desde os anos 80, esses bancos intensificam inovações tecnológicas, organizacionais e gerenciais, sofisticam produtos e serviços para a venda a uma clientela segmentada segundo critérios de renda ou patrimônio financeiro e deslocam o foco de sua atividade para os negócios.

Os programas implementados nas instituições estatais para convertê-las em empresas competitivas a serem privatizadas mudam radicalmente as relações e condições de trabalho. Diante de medidas como fechamento de agências e de centrais de serviços, cortes nas dotações das agências relativos à quantidade necessária de trabalhadores, transferências compulsórias de bancários considerados excedentes e adoção de programas de pressão à demissão ou à aposentadoria, os funcionários dos bancos estatais vivem, como

muitos outros trabalhadores sob a reestruturação capitalista contemporânea, a insegurança e o medo no seu cotidiano laboral.

No contexto de aumento drástico dos níveis de desemprego estrutural e desmantelamento de direitos sociais, muitos se sujeitam as formas brutais de exploração do trabalho, desgastando sua saúde física e mental, muitas vezes de modo irreversível.

CAPITULO III

3. PROCESSO DE FEDERALIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO BESC

O processo de reestruturação/federalização para posterior privatização pelo qual está passando o Besc e suas empresas coligadas e controladas e o Badesc, que compõem o Sistema Financeiro Estadual, atende às pressões e interesses de grandes grupos financeiros nacionais, que buscam consolidar ainda mais sua posição no mercado, concentrar ativos financeiros para poder tornarem-se mais competitivos no contexto da globalização. Além disso, acata as determinações de organismos como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, que incluem a privatização dos bancos estaduais em suas negociações com os governos.

Pretende-se demonstrar, neste capítulo, a trajetória envolvendo o Besc a partir do governo de Paulo Afonso Vieira, meados da década de 90, passando pelo governo de Esperidião Amim, a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembléia Legislativa do Estado, pela resistência dos movimentos organizados em defesa do Banco e toda formatação que o Banco do Estado de Santa Catarina esteve submetido como forma de criar uma situação desfavorável que viesse justificar sua federalização.

3.1 1995-98: o governo de Paulo A. Vieira (PMDB):

No governo de Paulo Afonso Vieira entre janeiro de 1995 e dezembro de 1998, procurou-se articular uma proposta de reestruturação do Sistema Financeiro Besc, propondo o envolvimento da participação dos empregados no controle acionário e na gestão. A participação se daria a partir da Fundação Codesc de Seguridade Social (FUSESC), Clube SIM de Investimentos (organização interna), com a tecnologia gerencial do banco alemão *Deutche Bank*.

Entretanto, houve posição contrária dos movimentos organizados e da própria opinião pública. Assim sendo, a correlação de forças era desfavorável ao governo do PMDB na Assembléia Legislativa para que pudesse haver alteração constitucional como solução para a retirada do parágrafo único do artigo 149. Este artigo regulamentava pela

manutenção do controle acionário do SFBesc por parte do Estado, e de forma permanente. Sem os votos necessários para a contenda, o governo de Paulo Afonso optou por manter o controle acionário pelo estado, e acaba negociando no âmbito do programa de privatização (Proes) de Fernando Henrique Cardoso, uma proposta que pudesse levar em conta a reestruturação do SFBesc e transformá-lo em banco múltiplo.

Em março de 1998, o governo Paulo Afonso (PMDB) assina com o governo federal o contrato nº 012/98/STN/COAFI de 31.03.98 que estabelece as condições para o refinanciamento de parte da dívida pública estadual no valor de R\$ 1,55 bilhão, nos termos da Lei Estadual nº 10.542 de 30.09.97 aprovada pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina, a partir do projeto de Lei encaminhado pelo Executivo. A composição da dívida rolada era de parte da dívida mobiliária, operações de Antecipação da Receita Orçamentária (ARO) com o Banco do Brasil; empréstimos da Caixa Econômica Federal e Contratos com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Em contrapartida, é assinado o Contrato de Abertura de Crédito para a capitalização e reestruturação do Sistema Financeiro Besc (SFBesc), no valor definido de R\$ 311,9 milhões, utilizando-se do Programa de Incentivo a Redução do Setor público Estadual na Atividade Bancária (PROES), no qual o governo se comprometia na capitalização do SFBesc com 50% de recursos próprios.

O Governo opta pelas cláusulas da Medida Provisória nº 1612-21, de 05.03.98 em manter o controle acionário no contrato e assumir 50% dos recursos (R\$ 147,8 milhões) condicionados as seguintes medidas: a) quitar antecipadamente todas as dívidas que o Estado e/ou suas entidades tenham para com a instituição financeira; b) assumir passivos atuariais (FUSESC) ou trabalhistas e dívidas registradas em balanço de instituição financeira junto a terceiros; c) garantir a capitalização da instituição financeira, além de enquadrar o banco no sistema de cálculo do comitê da Basiléia, isto é, ajuste das necessidades mínimas de patrimônio líquido das instituições financeiras brasileiras ao padrão internacional.

Em julho/98 é divulgado o balanço do SFBesc com os resultados do primeiro semestre. Pelo balanço apresentado, o patrimônio líquido é de R\$ 293,8 milhões, com evolução de 175,61% no período pós-Plano Real. O lucro líquido consolidado do SFBesc é de R\$ 14,026 milhões.

3.2 1998: Esperidião Amin - Senador e promessa de candidato a governador

O contrato entre o Estado de Santa Catarina e o Governo Federal foi aprovado pelo Senado Federal com os votos dos senadores catarinenses, apesar do senador Esperidião Amin não concordar com os termos do contrato: (...) "Votamos a favor para não enfrentar acusações de que estamos trabalhando contra o Estado. Mas não sou a favor dessa contrapartida. Não vamos pagar". (Jornal A Notícia, 1998).

Em 05 de agosto de 1998, o senador e candidato a governador pela coligação Mais Santa Catarina, Esperidião Amin, se dirige através de carta individual ao corpo funcional besquiano da seguinte forma:

(...) vejo no Besc, o melhor e mais eficiente instrumento para manter em Santa Catarina e para o catarinense, o fruto da sua poupança, cujo resultado, desejo continue sendo reinvestido na promoção do seu desenvolvimento" (...)” candidato ao governo do Estado e, se eleito como espero e tenho firme convicção, pela decisão soberana do eleitorado, tudo farei para firmar definitivamente o Besc como um Banco Público voltado ao atendimento do povo e da terra catarinense, através do esforço e da competência do seu quadro funcional. (COLIGAÇÃO MAIS SANTA CATARINA, 1998).

Como se pode observar, tratava-se de um período pré-eleitoral em que os candidatos ao governo do Estado prometiam o possível e o impossível para assegurar a manutenção do patrimônio público catarinense, pois havia no país o avanço muito forte do processo neoliberal privatizante.

3.2.1 O papel do Banco Central do Brasil (Bacen)

Em janeiro de 1999, o ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco, se despede do cargo. No Relatório de despedida, apresentado no Congresso Nacional intitulado "Seis anos de trabalho: um balanço", Gustavo Franco afirma que existiam "pendências para o futuro", referindo-se a posição do Senador-eleito-governador, onde consta que: "os governadores recém-eleitos dos estados de Santa Catarina e Espírito Santo vieram ao Bacen manifestar sua intenção de privatizar seus bancos". (FRANCO, 1999: 23). Eleito governador, Amin pede auditoria do Banco Central no Sistema Financeiro Besc.

Na auditoria, os técnicos do Bacen adotam princípios contábeis conservadores e rigorosos, dando início aos trabalhos de formatação prévia que viessem justificar o processo de federalização/privatização. Além de ajustes regulamentares que são os determinados com base legal (obrigatórios), exige ajustes técnicos que são ajustes recomendados sem sustentação legal (recomendações), portanto, não há amparo legal para transitar pela contabilidade sem interferir no resultado do balanço. Podemos citar como exemplo desse ajuste, o provisionamento, isto é, trazer a valor presente o déficit atuarial relativo à aposentadoria, que iria ocorrer nos próximos 20 anos, dos contribuintes da Fundação Codesc de Seguridade Social - FUSESC, fundo de previdência privado dos funcionários do SFBesc, e também, o provisionamento do Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS, crédito do SFBesc junto ao governo federal.

3.3 1999-2002: Governo de Esperidião Amin (PPB)

O Governador Amin, não aceita publicar o balanço patrimonial do Besc de 31 de dezembro de 1998, elaborado no governo anterior de Paulo Afonso Vieira (PMDB), que demonstrava lucro líquido de R\$ 26 milhões. É oportuno lembrar que o balanço patrimonial era realizado nos últimos 6 anos por um funcionário de carreira do Banco Central que ocupava o cargo de Diretor Financeiro e Controle de Relações com o Mercado do SFBesc; onde até então, os *princípios contábeis* desses balanços nunca tinham sido questionados pela Auditoria Externa Independente e nem pelo próprio Banco Central.

O balanço de 1998 não é publicado e é suspensa a Assembléia Geral do banco, prevista para 12 de janeiro de 1999, que teria a responsabilidade de aprovar a capitalização do Banco. Em 19 de março o Bacen exige novo aporte de capital, desta vez de R\$ 651,77 milhões, para o saneamento e capitalização. Esses valores são contestados pelos técnicos do Besc e esse aporte se reduz para R\$ 263,77 milhões Mesmo com essa nova exigência de aporte de capital o novo patrimônio líquido do SFBesc chegaria a R\$ 175 milhões positivo. Em 1º de junho de 1999, o Bacen oficialmente recusa a contestação dos valores elaborados pelos técnicos do SFBesc e reafirma a necessidade de aporte de capital, agora finalmente de R\$ 819,31 milhões. Em 29.07.99, o presidente do Bacen, Sr. Armínio Fraga, atendendo compromissos assumidos pelo governo Federal com organismos multilaterais na implantação do Programa de Incentivo à Redução do Setor público Estadual na Atividade

Bancária (PROES), encaminha ofício DIRET 99/2797, ao governador com ameaça da liquidação extrajudicial do Sistema Financeiro Besc:

“a acentuada deterioração econômico-financeira verificada nas instituições do Conglomerado Besc; os novos prazos estabelecidos pela Medida Provisória nº 1900-39 de 29.06.99, de 31.08.99 para firmar compromisso de gestão junto a este Banco Central, e de 30.09.99 para assinatura de contrato prevendo a aquisição do controle acionário de instituições financeiras estaduais pela união; determinamos, com base no artigo 5º da Lei 9.447, de 14.03.97, imediatas providências por parte do governo de V.Ex^a., de forma a viabilizar, em tempo hábil, o enquadramento do Estado nos termos da Medida Provisória acima referida, única hipótese plausível para se evitar a liquidação extrajudicial das instituições componentes do Conglomerado Besc”.

Toda essa argumentação baseava-se nos procedimentos adotados após a realização da Inspeção Geral Consolidada realizada pelo Bacen no SFBesc, por solicitação do governador Amin.

Não obstante, é necessário acrescentar outros elementos ao processo que viesse corroborar com o desmonte do SFBesc e que pudesse justificar a sua federalização/privatização. Entram em ação e de forma contundente, os meios de comunicação de massa, - Rádios, Jornais e Televisão - com intensa e massiva divulgação de informações negativas. Os conteúdos das matérias veiculadas diariamente pela mídia destacavam: "o banco vai mal", "a instituição está liquidada", "a situação é pior do que se imaginava", "a liquidez caiu de R\$ 800 milhões para R\$ 80 milhões", "a corrida para saques complica situação já grave do Besc". Sem a divulgação do balanço de 1998, o banco começa a perder investimentos e aplicações de grandes clientes, como por exemplo, os Fundos de Pensão. Sucessivas declarações do governador, do Presidente do Banco, Vitor Fontana, e do Presidente do Conselho de Administração, Antonio Canos Vieira (Secretário da Fazenda), no período de março a setembro de 1999, abalam ainda mais sua credibilidade. Entre outras declarações, Vieira relata a imprensa que a liquidez do banco caiu de R\$ 800 milhões para R\$ 80 milhões. O jornalista Ricardo Boechat diz no telejornal "Bom dia Brasil" da Rede Globo, transmitido para todo o país que: "há uma possível intervenção por parte do Banco Central no Besc", em razão da queda de liquidez do banco, informando que ela "caiu para cerca de R\$ 15 milhões e que os saques cresceram assustadoramente". (Diário Catarinense, 08/03/00).

Em 3 de agosto de 1999 o deputado Heitor Sché (PFL) surpreende o governo, aliados e oposição com pedido de abertura e instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), na Assembléia Legislativa, para apurar "fatos e causas que geraram a situação atual do Banco do Estado de Santa Catarina, que direcionam a necessidade de sua federalização". (Diário Catarinense, 08/03/00).

Diante do quadro que se instalara, havia então a necessidade de se retirar da Constituição do Estado de Santa Catarina em seu Capítulo IV - Do Sistema Financeiro Estadual, o parágrafo Único do artigo 149º, que garantia de modo permanente, o efetivo controle acionário das instituições financeiras oficiais, pelo Estado.

O governador Amin, encaminha à Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa (CCJ) projeto de emenda constitucional (PEC) 12/99 que suprime o parágrafo único do artigo 149º da Constituição Estadual que dispõe sobre o Sistema Financeiro Estadual, possibilitando e criando condições para a transferência do controle acionário da instituição financeira oficial. No plenário da Assembléia Legislativa, a votação acontece num clima de constante ameaça de liquidação do banco e em 23 de agosto de 1999, utilizando-se dos mais variados argumentos tais como: "pedido de urgência urgentíssima"; "declaração de estado de calamidade pública"; alterações nos rituais de encaminhamentos do Regimento Interno da Assembléia, o projeto de emenda constitucional (PEC 12/99) é aprovado.

O Executivo consegue aprovar também, o Projeto de Lei nº 248/99, transformado em Lei nº 11.177, de 15 de setembro de 1999, que autorizava o Poder Executivo transferir à União o controle acionário do Banco do Estado de Santa Catarina S.A. - Besc, bem como, de suas controladas e coligadas. Esta autorização legislativa permitiu então que o Executivo contratasse uma operação de crédito junto à União, no valor bilionário de R\$ 2,13 bilhões, para a efetivação dos *ajustes prévios* imprescindíveis para cumprir o objetivo previsto no art. 3º, inciso I, da Medida Provisória nº 1900-40, de 29 de julho de 1999. É o primeiro passo para a federalização/privatização. (CASTRO, 2001).

Os trabalhos realizados pela CPI/Besc, apontaram um conjunto de fatores determinantes que levaram a uma situação que justificasse a federalização do Besc, dentre os quais se destaca: a) "a sustação, em 12 de janeiro de 1999, do projeto anterior de reestruturação, saneamento, capitalização e compromisso de gestão", aprovado em Assembléia de Acionistas do Banco em 20 de março de 1998, e posteriormente pela Assembléia Legislativa do Estado, além de instâncias federais como o próprio Banco Central, o Tesouro Nacional e o Senado e que "mantinha o Besc na condição de Banco

Público, sob o controle do Estado” (CPI/Besc, 1999: 38); b) "a sustação em 1999 das publicações obrigatórias por lei, das demonstrações contábeis, relativas ao ano de 1998, alterando o lucro do período e o patrimônio, provocando em ambos os casos, perda de credibilidade e redução das captações" (CPI/Besc, 1999:57); c) “a decisão de paralisar os negócios a partir de janeiro de 1999, passando o banco a acumular prejuízos mensais, ocorrendo queda na produtividade e deterioração da situação patrimonial” (CPI/Besc, 1999:103,113); d) "a inadimplência e a iliquidez de ativos do SFBesc de responsabilidade do setor público federal (FCVS)" (CPI/Besc, 1999:124), pois para a CPI é "inaceitável que o atual Governo e administradores do Besc aceitem passivamente a transferência de novo ônus ao Tesouro Estadual e demais acionistas, por ajustes a débitos da própria União, com inequívoco abuso de poder político e econômico" (CPI/Besc, 1999:127).

De maneira geral, os dados apontados pela CPI indicam que em dezembro de 1998, não havia razão para liquidar ou federalizar o Besc, pois havia liquidez e patrimônio suficientes.

Em 29 de setembro de 1999, o governador Esperidião Amin assina o contrato de transferência acionária do Banco do Estado de Santa Catarina - Besc, suas controladas e coligadas à União, onde o Estado assume um contrato de endividamento no valor de R\$ 2,129 bilhões para saneamento, federalização e a posterior privatização do SFBesc transferindo benefícios ao futuro Banco Privado. Não se pode deixar de levar em consideração que este valor representa mais de 50% de toda a dívida pública *histórica* do Estado de Santa Catarina. O governo estadual se propõe ainda, comprar os "créditos podres" e investir R\$ 30 milhões em tecnologia antes de vender o Besc. É desnecessário frisar que este investimento será em benefício de quem!

3.4 A resistência dos movimentos sociais em defesa do SFBesc

Durante o desenrolar do processo de federalização/privatização, o movimento sindical do estado, vem alertando os trabalhadores da instituição e a sociedade catarinense, sobre os riscos de se perder o banco que é um dos principais instrumentos de governo para promover o desenvolvimento econômico e social dos catarinenses.

Os sindicatos de bancários do estado, que formam o Departamento Estadual dos Bancários da Central Única dos Trabalhadores (DEB/CUT), procuram articular uma

proposta alternativa em defesa do banco. Os debates chamam a atenção para a necessidade de defesa e manutenção do Besc como banco público.

É criado o Movimento Besc Público Catarinense composto por diversos movimentos organizados da sociedade, tais como: partidos políticos; movimentos contrários à privatização, federações, sindicatos de todas as categorias profissionais; associações civis; associações comunitárias e por todos aqueles que defendem a manutenção do Besc como banco público e patrimônio dos catarinenses.

O Movimento Besc Público Catarinense adota um amplo leque de ações e de estratégias em defesa do patrimônio público, dentre as quais se destaca:

a) o envio de carta pública em defesa do Besc Banco Público a cada prefeito nos 293 municípios de Santa Catarina, como também, para todas as câmaras de vereadores, procurando sensibilizar as autoridades locais a uma reflexão e avaliação das condições futuras de seus municípios caso o Sistema Financeiro Besc venha ser privatizado;

b) realização de sessões públicas nas câmaras de vereadores com o intuito de aprovação de moções nestas casas, em defesa do Besc;

c) a interiorização e socialização do debate da importância do Besc como Banco Público em praças, escolas, universidades nas mais diversas regiões de Santa Catarina, através da 1ª e 2ª caravana do Movimento Unificado Contra a Privatização (MUCAP);

d) foram também, encaminhadas diversas Ações de ordem jurídica na esfera federal como parte do processo de defesa do Besc Banco Público:

e) a realização do 1º e 2º Encontro Estadual do Besc com participação massiva do corpo funcional, aumentaram a disposição de resistência ao projeto privatizante, culminando com uma paralisação estadual em 27/06/00, específica contra o processo de federalização/privatização. O principal objetivo dessa paralisação foi o diálogo com a população usuária e clientes do Banco, no sentido de sensibilizar a sociedade catarinense sobre o que significaria ficar sem o Besc e das conseqüências para os 147 municípios do Estado de Santa Catarina em que só existe o Besc como instituição bancária. (NUNES, 2001).

O aprimoramento das idéias e dos ideais que permearam o debate público, se apresentam como propostas para a preservação do Besc como Banco Público e sob o controle acionário do Estado, com gestão pública e com a participação da sociedade organizada. O Movimento Besc Público Catarinense apresenta algumas diretrizes básicas como forma de contribuição ao debate político:

a) gestão democrática com a participação da sociedade organizada no Conselho de Administração;

b) acordo de acionistas para a implementação das mudanças na gestão;

c) contrato de gestão que permitisse maior controle social e profissionalismo na direção executiva:

d) maior autonomia para os Comitês de Crédito;

e) definição de uma política efetiva de Recursos Humanos estancando a cultura político-partidária do clientelismo e do apadrinhamento na direção e controle da instituição, valorizando o quadro funcional pelo mérito e não pela indicação político-partidária;

f) abertura de concurso público regional para suprir as deficiências de pessoal em substituição às funções e serviços realizados por estagiários que exercem desvio de finalidade do estágio curricular;

g) eleição direta entre os empregados de um Diretor Representante (DIREP), com atribuições de representação do corpo funcional já previsto no artigo 14º da Constituição Estadual.

A proposta de viabilidade para o Besc Banco Público não se caracteriza pela utopia, mas parte das condições operacionais já existentes, das características de sua atuação e na prestação de serviços bancários e produtos financeiros, como banco múltiplo e com papel social de fomentador do desenvolvimento regional (NUNES, 2001). Existe a expectativa de poder reverter o processo de federalização com o retorno do controle acionário para o Estado, conforme compromissos eleitorais assumidos pelos candidatos e agora eleitos Governador Luiz Henrique da Silveira e pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

CAPÍTULO IV

4. O DESEMPENHO DO BESC NA ECONOMIA CATARINENSE

Este quarto capítulo apresenta uma série de dados quantitativos do desempenho do Besc no contexto da economia catarinense e que demonstra a sua capacidade de atender aos setores público e privado em Santa Catarina no período estudado. Ao longo do tempo o Besc buscou adequar-se as diversas transformações ocorridas na economia nacional, implementando um conjunto de mudanças institucionais, estruturais e de negócios que definiram nova trajetória dirigida às exigências da economia e da sociedade catarinense.

4.1 Rede de agências e o atendimento ao setor público

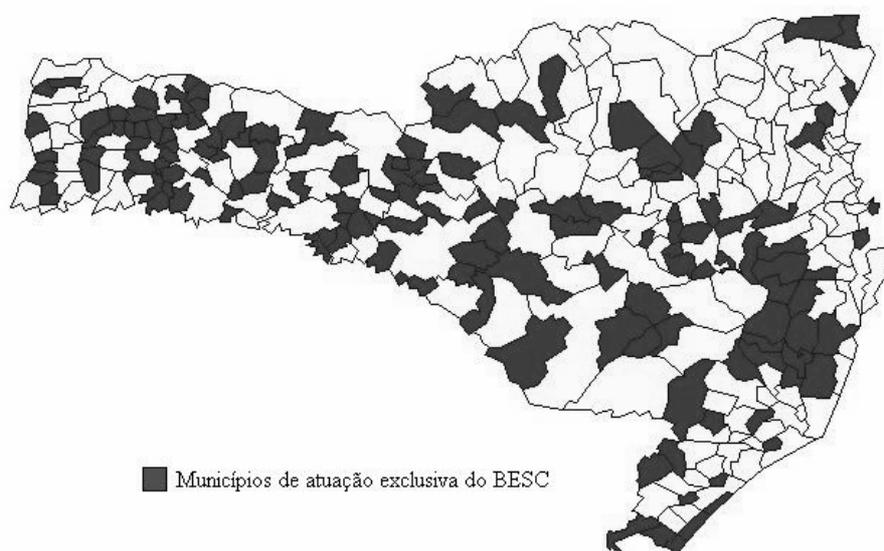
O Besc iniciou suas operações como Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – BDE, e foi criado pela Lei Estadual nº 2.719 em 27/05/61 e seu capital inicial era de Cr\$ 300 milhões (trezentos milhões de cruzeiros) e composto por 1.924 acionistas com um quadro de pessoal composto por 15 funcionários. O objetivo fundamental era de tornar-se um agente efetivo do desenvolvimento do Estado de Santa Catarina. O Banco, adaptando-se à Lei Bancária e as Resoluções do Banco Central do Brasil, alterou sua denominação de Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - BDE para Banco do Estado de Santa Catarina S.A. - Besc na Assembléia Geral dos Acionistas realizada em 29/04/69. (BESC, 1997)

O Besc desde então é o único banco estadual no Brasil que está presente em todos municípios do Estado. É o único banco presente nos 293 municípios em mais da metade deles (147) é o único a prestar atendimento bancário e financeiro, demonstrando forte integração com a comunidade. Dessa forma estruturado, detém a capacidade de ofertar crédito e prestar serviços bancários às comunidades às regiões mais longínquas com suas agências pioneiras em sua rede de atendimento.

Sem prejuízo de sua contribuição ao desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, foi ampliando o leque de atividades típicas das instituições financeiras de varejo, oferecendo novos e sofisticados produtos aos clientes. As políticas de crédito atingem as camadas menos favorecidas da população, os micros e pequenos empresários, pequenos

produtores rurais que jamais obteriam crédito no setor privado onde as estruturas de custos não se ajustam em operações dessa natureza. É dessa forma que o Banco do Estado de Santa Catarina – Besc - atende as necessidades da comunidade catarinense, adequando-se às exigências da economia e está inserido no ambiente de globalização e competitividade. O mapa a seguir nos dá uma noção da distribuição geo-espacial dos 147 municípios do estado de Santa Catarina onde existem apenas as agências pioneiras e os postos de atendimento do Besc.

Mapa 1: Distribuição das 147 agências e Postos de Atendimento Bancário do Besc no Estado de Santa Catarina



As observações de Nunes (2001) dão conta que Besc tornou-se um importante instrumento de políticas públicas no Estado como gestor de grande parte dos fluxos financeiros nas regiões onde está instalado e presta relevantes serviços as comunidades. Esta atuação do banco público permite a geração de empregos, impostos e rendas, proporciona serviços, produtos e recursos financeiros administrados, crédito direto aos consumidores, financiamento aos diversificados e especializados setores da economia. Estes papéis tornam o Besc fundamental para o desenvolvimento sustentado dos municípios, funcionando como um verdadeiro irrigador de rendas, capitais e salários para os mais diversos setores da economia e da sociedade na esfera municipal e regional.

Neste sentido, pode-se destacar o papel do Besc no atendimento aos serviços de caráter governamental, sendo a maior carteira comercial do banco em termos de tarifas

geradas, captação de recursos diretos (governo) e indiretos (funcionários), aplicações em créditos e prestações de serviços, destacando-se os seguintes aspectos: exclusividade no pagamento de servidores e arrecadações do governo estadual; maior arrecadador de faturas das concessionárias de serviços públicos; maior emissor e arrecadador de carnês de tributos municipais; maior pagador de benefícios a pensionistas do INSS; maior arrecadador de tributos e contribuições federais.

Assim, o Besc com atuação predominante em Santa Catarina, arrecadou em tributos federais, estaduais e municipais algo como R\$ 3,66 bilhões em 1999. No ano de 2000, a arrecadação com os tributos federais, estaduais e municipais totalizou R\$ 4,2 bilhões e com sua rede de atendimento realizou aproximadamente 198 milhões de operações, ou seja, uma média mensal de 16,5 milhões de operações de depósitos, saques, recebimentos de tributos, de contas de concessionárias de serviços públicos, benefícios do INSS, folhas de pagamento, inclusive dos funcionários do Estado, num total de 136 mil servidores.

A rede de atendimento bancário no Estado de Santa Catarina conta com um total de 795 agências, distribuídas equitativamente entre a capital e o interior. Os bancos atuantes no Estado, públicos e privados, dividem o mercado da seguinte forma, no tocante à sua rede de agências:

Quadro 3 - Rede de agências bancárias em Santa Catarina

Banco	Ag. Capital	Ag. Interior	Total Agências	%
Besc	13	238	251	31,6
Banco Brasil	12	158	170	21,4
Bradesco	6	94	100	12,6
CEF	9	72	81	10,2
HSBC	5	51	56	7,0
Itaú	7	33	40	5,0
Santander	3	25	28	3,5
Unibanco	4	16	20	2,5
ABN Amro	3	15	18	2,3
BBVA	1	10	11	1,4
Banrisul	1	5	6	0,7
Outros privados	3	11	14	1,8
Total	67	728	795	100

Fonte: SISBACEN

Como se pode observar, os bancos públicos controlam 63,9% da rede de agências do Estado de Santa Catarina, sendo que o Besc detêm 50% da rede pública e posiciona-se como instituição bancária com o maior número de agências, atuando intensamente no

interior, isto é, em todos os municípios de Santa Catarina. Importante frisar que dos 293 municípios do Estado, em 147 deles, isto é em mais da metade dos municípios só existe atendimento bancário porque o Besc está presente. Observa-se também que o setor privado tem uma rede de atendimento de apenas 36,1% em relação ao quantitativo estadual, concentrando suas agências em cidades pólos das regiões.

Destaca-se abaixo, os principais dados por modalidade dos serviços prestados às três esferas governamentais durante o 3º trimestre de 2001.

A – Esfera do governo estadual

Quadro 4 - Arrecadação de tributos e faturas

Convênios	Jul/01	Ago/01	Set/01	Total
Valor (R\$mil)	323.357	313.223	319.328	955.908
Quantidade	1.489.887	1.474.471	1.332.116	4.296.474
Vlr Unit Mês(R\$)	217,0	212,4	239,7	222,5

Fonte: Besc

Quadro 5 - Folha de Pagamento – Estado e Empresas Públicas

Convênios	Jul/01	Ago/01	Set/01	Total
Valor (R\$mil)	133.862	132.839	134.321	401.022
Quantidade	150.325	150.547	148.900	449.772
Vlr Unit Mês(R\$)	890,5	882,4	902,1	891,6

Fonte: Besc

B – Esfera do governo federal

Quadro 6 - Arrecadação de Guias

Convênios	Jul/01	Ago/01	Set/01	Total
Valor (R\$mil)	105.125	105.543	109.776	320.444
Quantidade	231.741	228.820	281.342	741.903
Vlr Unit/mês(R\$)	453,6	461,2	390,2	431,9

Fonte: Besc

Quadro 7 - Pagamento de Pensionistas

Convênios	Jul/01	Ago/01	Set/01	Total
Valor (R\$mil)	59.270	59.257	58.488	177.015
Quantidade	227.497	228.040	224.311	679.848
Vlr Unit Mês(R\$)	260,5	259,9	260,7	260,4

Fonte: Besc

C – Esfera do governo municipal

Quadro 8 - Arrecadação Municipal

Convênios	Jul/01	Ago/01	Set/01	Total
Valor (R\$mil)	41.696	39.645	38.355	119.696
Quantidade	415.726	394.786	353.480	1.163.992
Vlr Unit Mês(R\$)	100,3	100,4	108,5	102,8

Fonte: Besc

Quadro 9 - Folha de pagamento

Convênios	Jul/01	Ago/01	Set/01	Total
Valor (R\$mil)	38.590	38.590	38.590	115.770
Quantidade	70.173	70.173	70.173	210.519
Vlr Unit Mês(R\$)	549,9	549,9	549,9	549,9

Fonte: Besc

4.2 Evolução das linhas de crédito e os empréstimos ao setor privado

Pode-se também acompanhar a inserção do Besc na economia catarinense, observando a evolução e distribuição dos recursos captados no período em análise, no qual notamos a trajetória sofrida pelo banco durante o processo de federalização/privatização.

Assim, abrimos um parêntese para caracterizar alguns aspectos estruturais do desenvolvimento da economia de Santa Catarina neste período de estudo, no qual grande parte do desenvolvimento é resultado da participação do SFBesc com seu papel na irrigação de recursos financeiros e serviços bancários em todos os 293 municípios do estado, nos quais em 147 deles só o SFBesc atua, como se viu anteriormente no mapa.

4.2.1 A economia de Santa Catarina: características setoriais e a distribuição das atividades econômicas

As principais características do modelo catarinense de desenvolvimento estão na diversificação e na equilibrada distribuição das atividades econômicas. A Agropecuária, a Indústria e os Serviços estão presentes em todo o Estado e cada região desenvolveu uma especialização dentro de sua vocação físico-territorial aliado à diversidade étnica e ao espírito empreendedor dos colonizadores imigrantes.

O que se pode observar é que Santa Catarina situa-se em uma posição geográfica privilegiada, isto é, no centro do maior mercado consumidor da América Latina, formado pelas regiões Sul e Sudeste do Brasil e pelos demais países do Mercosul. Num raio de 1.500 km vivem aproximadamente 130 milhões de consumidores.

O litoral apresenta uma estrutura minifundiária com culturas diversificadas. A Pesca também está presente na formação da economia regional. O Turismo vem se consolidando como atividade importante da região.

As regiões do Vale do Itajaí e Nordeste Catarinense deram origem a um importante Parque Industrial diversificado com predominância aos ramos Eletro-Metal-Mecânico; Têxtil e Plástico, concentrando empresas de grande porte e alta tecnologia.

No Sul do Estado, as atividades mais importantes estão ligadas à extração do Carvão Mineral e a produção de Revestimentos Cerâmicos, despontando também na indústria Têxtil e Calçadista.

A região Serrana e do Planalto catarinense tem suas origens econômicas na criação de bovinos e na extração de madeira e erva-mate. Destaca-se também a produção de frutas. O extrativismo proporcionou o surgimento de várias indústrias de madeira, mobiliário, papel e celulose.

O Oeste catarinense apresenta características agro-industriais voltadas principalmente à criação, abate e ao processamento de matérias-primas de origem animal (suínos e aves). As lavouras e demais atividades industriais são orientadas para apoiar esses segmentos produtivos.

Apoiada num forte fluxo de investimentos públicos e privados, a economia catarinense vem apresentando resultados positivos nas últimas décadas. Em 1999 o Produto Interno Bruto (PIB) de Santa Catarina alcançou o montante de R\$ 35,317 bilhões, tornando a economia do Estado, a 7ª colocada na formação do PIB brasileiro com apenas 1,12% do território e 3% da população do país.

O PIB *per capita* de Santa Catarina atingiu R\$ 6.676, em 1999, situando-se bem acima da média do Brasil (R\$ 5.740), ficando atrás de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Quadro 10 - Análise comparativa do PIB de Santa Catarina em relação ao Brasil e a Região Sul:

Discriminação	1995	1996	1997	1998	1999
PIB Total (R\$ Milhões)					
Brasil	646.191	778.886	870.743	914.187	963.868
Região Sul	115.549	140.436	153.945	159.774	171.068
Santa Catarina	23.573	29.454	31.875	32.434	35.317
PIB per Capita (R\$)					
Brasil	4.160	4.830	5.327	5.518	5.740
Região Sul	4.966	5.850	6.337	6.500	6.878
Santa Catarina	4.893	5.828	6.210	6.224	6.676

Fonte: IBGE, Contas Regionais do Brasil 1995 -1999.

O modelo catarinense de desenvolvimento tem sua marca na equilibrada distribuição das atividades econômicas. O setor agropecuário participa com 17,51% do PIB, a indústria representa 43,14% e o setor de serviços 39,35%. Santa Catarina está entre os seis principais Estados produtores de alimentos e apresenta os maiores índices de produtividade por área. O Estado é o principal produtor de alho, maçã, mel, cebola e suínos, destacando-se ainda como importante produtor nacional de aves, fumo, arroz, banana, batata, feijão e milho.

A indústria de transformação do Estado tem posição relevante no cenário nacional. Ela é a 5ª maior do Brasil em números de trabalhadores e a sexta em quantidade de empresas. A estrutura industrial de Santa Catarina destaca-se por abranger empresas familiares, incentivadas pelo próprio Estado, e por indústria de grande porte, fato que constitui um destacável atrativo para as atividades das instituições financeiras instaladas na região. Atualmente, existem no Estado mais de 150 mil empresas familiares, e, paralelamente, estão presentes empresas de grande porte, conforme quadro 11:

Quadro 11 – Principais empresas presentes em Santa Catarina

Empresa	Setor	Rec. Liq. Anual (R\$Mil)
Bunge	Alimentos	3.451.751
Celesc	Energia Elétrica	1.194.797
Gerasul	Energia Elétrica	1.057.317
Eletrosul	Energia Elétrica	998.586
Seara	Alimentos	850.201
Weg	Comércio Exterior	734.648
Coopercentral	Comércio Atacadista	717.408
Embraco	Mecânica	687.251

Tigre	Plásticos e Borracha	666.089
Tupy Fundições	Metalurgia	486.994
Igaras	Papel e Celulose	426.322
A. Angeloni	Comércio Varejista	412.109
Weg Motores	Elétrico	387.080
Teka	Têxtil	353.076
Hering	Têxtil	347.927
Busscar	Veículos e Autopeças	330.181
Telesc Celular	Telecomunicações	325.056
Sadia	Alimentos	310.681

Fonte: Datainvest. Balanços dez/2000

Alguns segmentos são destaques da indústria catarinense:

O pólo agro-industrial envolve 1.300 empresas, que empregam 35 mil pessoas e concentram a maior parte da produção de alimentos do Estado.

A indústria Eletro-Metal-Mecânica possui relevante participação na economia; abrange 1.434 empresas metalúrgicas, 517 mecânicas e 195 de material elétrico e de comunicação, empregando 59 mil trabalhadores. O setor está investindo na expansão de suas atividades. As indústrias têxteis e de vestuário, apresentam importante participação no cenário estadual e nacional. Este pólo é considerado o segundo maior do mundo e o maior da América Latina, com concentração de 339 empresas. Estas empresas vêm apresentando contínua expansão, graças aos fortes níveis de investimentos que possibilitaram ganhos significativos em qualidade, produtividade e competitividade. No ano de 2000, o setor têxtil do Estado faturou US\$ 3.100 milhões, responsável por 11% do setor a nível nacional.. Paralelamente, as exportações têxteis catarinense somaram, no mesmo ano, US\$ 301 milhões, o que equivale a 25% das vendas externas do setor.

Na área da informática, o Estado conta com 600 empresas de software, que faturam US\$ 260 milhões/ano e empregam 6 mil trabalhadores. Santa Catarina apresenta-se como maior produtor de carvão mineral do país, participando com mais de 65% da produção nacional e também como o principal pólo cerâmico do Brasil. Os segmentos carbonífero e cerâmico juntos têm mais de 1.300 empresas. As indústrias de cerâmica têm faturamento de meio bilhão de dólares/ano, correspondendo a 60% da produção brasileira de pisos e revestimentos. O pólo florestal de Santa Catarina abrange 1.900 empresas de madeira, 1.180 moveleiras e 117 de papel e papelão. Seu parque moveleiro é o maior da América Latina, com exportações de US\$ 200 milhões em 1998.

No Comércio Exterior, Santa Catarina vem alcançando recordes em suas vendas, impulsionada pela maior produção agropecuária e industrial. As exportações do Estado alcançaram US\$ 2.567 milhões em 1999 e US\$ 2.712 milhões no ano de 2000.

No setor turístico, Santa Catarina recebeu 2,2 milhões de visitantes na temporada de verão 1998/99, dos quais 8,4% estrangeiros e 91,6% nacionais. Esse movimento gerou uma receita estimada de US\$ 365 milhões. No ano de 2000 o número de visitantes no Estado foi da ordem de 5,2 milhões e a estimativa é de crescimento com expansão do setor na área de eventos e no turismo de terceira idade.

Como forma de dar continuidade ao desenvolvimento econômico, o mapa de investimentos no Estado vem aumentando expressivamente, devido a atratividade e potencialidades da região e das ações estratégicas de desenvolvimento do governo estadual que atua como indutor, fiscalizador e executor de estratégias que criam um cenário estimulante para os investimentos através do Plano Plurianual (PPA), composto de programas que abrangem a infra-estrutura, o desenvolvimento social, econômico e institucional, em ações de curto, médio e longo prazo, como por exemplo; dar ênfase às micro, pequenas e médias empresas com incentivo à criação de cinturões empresariais aproveitando as vocações de cada região; ou ainda, na formação de consórcios de exportação para que micro e pequenos empresários possam acessar o mercado externo de forma conjunta e setORIZADA; ou estimular o desenvolvimento rural e urbano sustentáveis; ou também na concessão de créditos e incentivos fiscais, fomentando à geração de empregos nos setores de comércio e serviços, com ênfase no turismo.

O Estado conta com dois principais programas de financiamento e investimento: O Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - Prodec, cuja prioridade é conceder e incentivar a implantação ou expansão de empreendimentos industriais. Este programa conta com três agentes financeiros: o Besc, a Agência Catarinense de Fomento S.A.- Badesc e o Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul – Brde, e o Programa de Desenvolvimento da Infra-Estrutura Turística – Prodetur, sendo que este programa dá prioridade a construção, reparação de pontes e estradas, aeroportos, saneamento básico dos balneários, restauração do patrimônio histórico nacional e os portais turísticos.

4.2.2 Quadros comparativos da evolução dos principais indicadores de desempenho do Besc

Após relatar os desenvolvimentos setoriais da economia catarinense, observaremos uma série de quadros no que diz respeito ao comportamento e evolução dos principais indicadores de desempenho do SFBesc na economia de uma maneira geral no período em análise.

Quadro 12 - Evolução e distribuição dos recursos captados: 1996-2002 (R\$ milhões)

Depósitos	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Total	1.440,1	1.716,2	2.043,6	1.375,7	1.464,9	1532,1	1.723,9
À vista	212,0	268,7	255,2	305,2	300,2	405,1	515,3
Poupança	486,8	713,1	828,9	732,2	848,6	903,9	1.034,0
À prazo	741,3	734,4	959,5	338,3	316,1	223,1	174,6

Fonte: Besc/DEPLA

Destaca-se ainda, para efeito de análise, o quadro comparativo e os respectivos gráficos referentes ao quantitativo de cheques compensados e o número de contratos mais comuns existentes no Besc no período 1998 – 2001:

Quadro 13 - Cheques Compensados e Contratos existentes no Besc 1998-2001

Especificação	Quantidade das operações			
	1998	1999	2000	2001
Total				
Cheques Compensados	3.639.587	3.094.097	2.612.471	1.780.623
Empréstimos e Títulos descontados	172.266	148.609	130.126	115.360
Financiamentos rurais	12.774	5.423	4.369	4.515
Financ. c/ recursos de repasses	5.022	3.402.	4.399	3.957
Financ. Habitacionais	9.632	8.920	6.717	3.961
Crédito direto ao consumidor	14.781	10.854	15.348	1.664

Fonte Besc/DEPLA

Gráfico 1 - Quantidade de cheques compensados 1998 - 2001

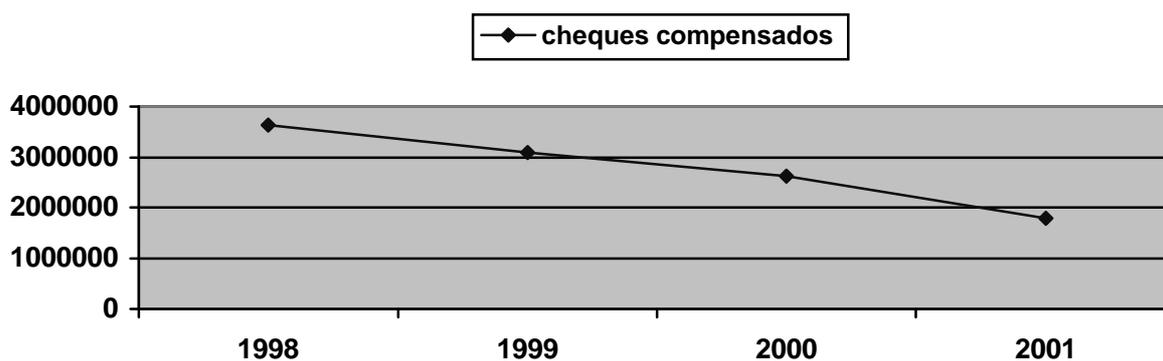


Gráfico 2- Quantidade de empréstimos e títulos descontados 1998 - 2001

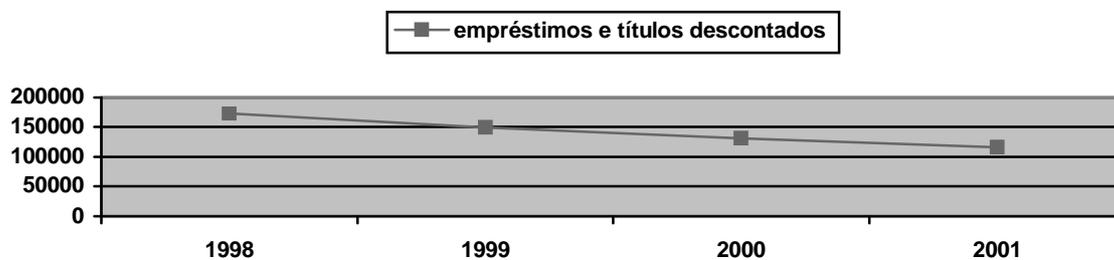
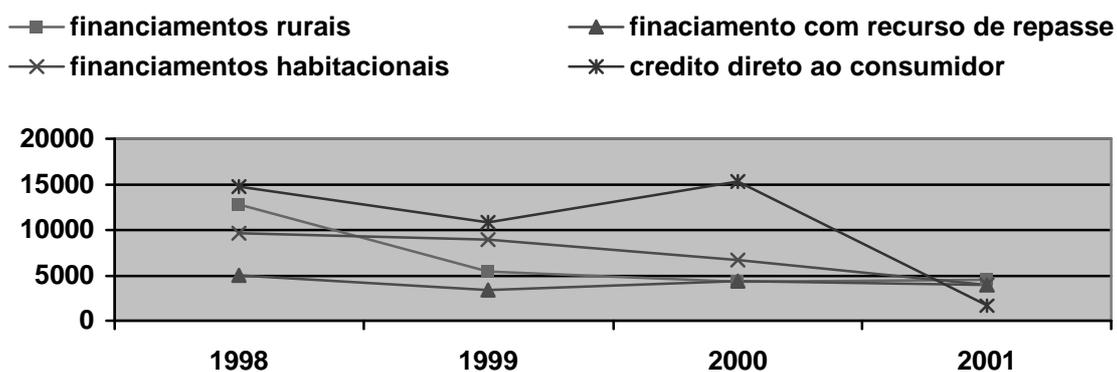


Gráfico 3- Quantidade de financiamentos e CDC 1998 - 2001



Uma das principais funções de um estabelecimento bancário, esta relacionada diretamente as suas operações de credito através de empréstimos e financiamento no fomento e desenvolvimento econômico da região que está inserida.

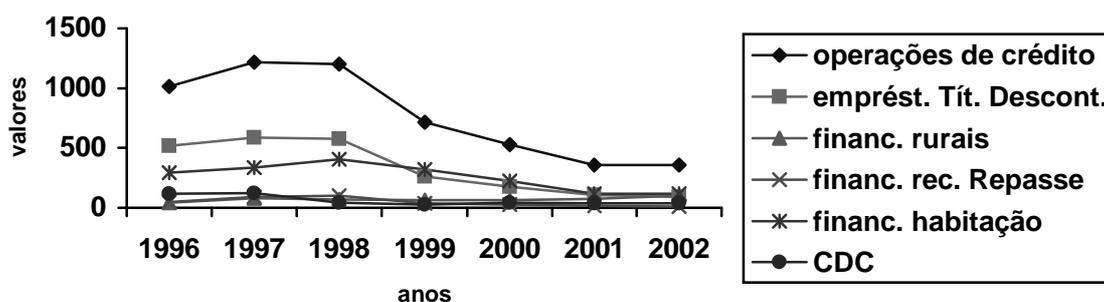
O que se observa no quadro a seguir é a trajetória sofrida pelo Besc, a partir do ano de 1999, quando o banco foi federalizado e administrado pelo Bacen, a implementação de uma política de crédito restritiva ao extremo com intuito de provocar sua asfixia, justificando o processo de federalização e posterior privatização. As principais operações de empréstimos (crédito e financiamento) tiveram no período 1996 – 2002, o comportamento demonstrado no quadro 14:

Quadro 14 - Empréstimos concedidos pelo Besc: 1996 - 2002 (R\$ milhões)

Créditos	Saldo das operações						
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Total							
Operações Crédito	1.014,4	1.217,0	1.198,7	715,9	526,5	356,1	358,5
Emprést. Tit. Desc	519,1	585,2	574,7	264,1	175,2	109,2	90,7
Financ. rurais	41,9	78,9	70,8	66,4	64,5	75,4	99,4
Financ. Rec.Repasse	45,5	90,2	103,5	37,3	24,7	16,1	11,3
Financ. Habitação	292,5	338,3	405,8	321,5	221,9	116,8	119,7
CDC	115,4	124,4	43,9	26,6	40,2	38,6	37,4

Fonte: Besc/DEPLA

Gráfico 4 - Empréstimos concedidos pelo BESC-Saldo das operações (milhões) 1996 - 2002



O Besc atingiu, em dezembro de 1996, um ativo total de R\$ 2.466,5 milhões. As operações de empréstimos tiveram um redirecionamento de suas aplicações para o varejo, como política do banco e como forma de pulverizar o crédito, conforme se pode verificar no quadro 15:

Quadro 15 - Evolução e Distribuição por linha de Crédito: 1994-1996 (R\$ milhões)

Operações Empréstimos	Dez/94	Dez/96	Part. 1996 (%)	Evol- 94-96 (%)
Total	537,2	1.068,9	100,00	98,98
Empréstimos e Tit. Desc.	229,2	519,1	48,56	126,48
Crédito Habitação	181,9	292,5	27,36	60,80
Créd. Direto Consumidor	35,0	115,4	10,80	229,71
Financ. Repasse Oficial	40,4	45,5	4,26	12,62
Crédito Rural	36,3	41,9	3,92	15,43
Oper. Arrend. Mercantil	-	32,9	3,08	-
Adiant. Contratos Câmbio	14,4	21,6	2,02	50,00

Fonte: Besc- Relatório anual 1996

Como política do Estado na modernização da agropecuária catarinense, através do financiamento de custeio, investimento e comercialização, as Operações de Crédito Rural do Besc apresentaram um saldo de R\$ 41,9 milhões, distribuídos em 7.240 contratos. Também foram concedidos Créditos de emergência no valor de R\$ 19,7 milhões com recursos do Estado, a 39.355 produtores rurais catarinenses que tiveram perdas superiores a 50% da safra em decorrência da estiagem ou cheias.

As operações de empréstimos por setores da economia, em 1996, ficaram assim distribuídas: setor privado com R\$ 1.043,2 milhões, representado 98,46% do total das operações; setor público com R\$ 16,3 milhões, representando 1,54% do total, direcionados exclusivamente às prefeituras. O quadro a seguir demonstra a distribuição do crédito ao Setor Privado no ano de 1996:

Quadro 16 - Distribuição do Crédito Setor Privado: 1996 (R\$ milhões)

Setor Privado	Valor	Participação (%)
Habitação	285,84	27,40
Comércio	215,32	20,61
Pessoas físicas	211,87	20,31
Indústria	164,41	15,76
Rural	41,9	4,01
Outros serviços	124,45	11,91
Total	1.043,2	100,00

Fonte: Besc Relatório anual 1996

Em 1997, há um crescimento de 13,33% nos ativos totais do Besc, em relação ao ano anterior. Os Ativos totais atingiram R\$ 2.795,1 milhões. As operações de empréstimos incluindo as Operações de Crédito, as Operações de Arrendamento Mercantil e os

Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (ACC e ACE), totalizaram R\$ 1.275,1 milhões. Sua distribuição por linha de crédito fica evidenciada no quadro 17:

Quadro 17 - Evolução e Distribuição por linha de Crédito: 1994-1997 (R\$ milhões)

Operações Empréstimos	Dez/94	Dez/97	Part. % 1997	Evol %
Total	537,2	1.275,1	100,00	137,36
Empréstimos e Tit. Desc.	229,2	559,6	43,89	144,15
Crédito Habitação	181,9	339,2	26,60	86,48
Créd. Direto Consumidor	35,0	124,4	9,76	255,43
Financ. Repasse Oficial	40,4	31,2	2,45	(22,77)
Crédito Rural	36,3	138,0	10,82	280,17
Oper. Arrend. Mercantil	-	52,8	4,14	-
Adiant. Contratos Câmbio	14,4	29,9	2,34	107,64

Fonte: Besc- Relatório anual 1997

No ano de 1997, houve ampliação significativa no Crédito Rural, totalizando R\$ 138,0 milhões, com evolução de 280,17% em relação a 1994. As operações com recursos próprios, recursos de repasses do BNDES relativo ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, FINAME Agrícola, Tratores e Colheitadeiras, foram financiados 20.318 produtores rurais, incluindo cooperativas. As operações de empréstimos por setor da economia, em 31.12.97, estavam assim distribuídas: ao setor público foram destinados R\$ 45,3 milhões, representando apenas 3,55% do total dos recursos aplicados, direcionados exclusivamente as prefeituras catarinenses.

As operações de empréstimos direcionadas ao Setor Privado, somaram em dezembro de 1997 a quantia de R\$ 1.229,8 milhões, representando 96,45% do total de recursos, distribuídos conforme quadro 18:

Quadro 18 - Distribuição do Crédito Setor Privado: 1997 (R\$ milhões)

Setor Privado	Valor	Participação (%)
Habitação	337,09	27,41
Comércio	214,48	17,44
Pessoas físicas	230,22	18,72
Indústria	168,24	13,68
Rural	138,23	11,24
Outros serviços	141,55	11,51
Total	1.229,8	100,00

Fonte: Besc Relatório anual 1997

No ano de 1998, após a Inspeção Global Consolidada efetuada pelo Banco Central do Brasil – Bacen, os Ativos Totais do Besc sofreram uma perda de 7,62%, atingindo o valor de R\$ 2.582,0 milhões. As Operações de Empréstimos, incluindo Operações de Crédito, Operações de Arrendamento Mercantil e os Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, totalizaram em 31.12.98, R\$ 1.219,0 milhões, apontando também uma redução de 4,37% em relação ao ano anterior. As principais Operações por linha de crédito estão apresentadas no quadro 19:

Quadro 19 - Evolução e Distribuição por linha de Crédito: 1997-1998 (R\$ milhões)

Operações Empréstimos	Dez/97	Dez/98	Part. % 1998	Evol %
Total	1.275,1	1.198,7	100,00	(5,99)
Empréstimos e Tit. Desc.	559,6	574,7	47,94	2,70
Crédito Habitação	339,2	405,9	33,86	19,66
Créd. Direto Consumidor	124,4	44,0	3,67	(64,63)
Financ. Repasse Oficial	31,2	103,1	8,60	230,45
Crédito Rural	138,0	71,0	5,93	(48,55)

Fonte: Besc/DEPLA - 1998

A partir de 1998, a relação anual de comparação para efeito de averiguação da evolução das principais operações realizadas pelo banco foi trocada pelo ano anterior, para se poder observar como a Diretoria nomeada pelo Bacen alterou os critérios utilizados nas concessões das operações de empréstimos, provocando o que podemos considerar, a *involução* acentuada das operações realizadas pelo Banco do Estado de Santa Catarina

As Operações de Empréstimos por setor da economia ficaram em 1998 assim distribuídas: ao setor público, as Operações de Empréstimos somaram R\$ 23,5 milhões, representado 1,95% do volume total de empréstimos, direcionados as Prefeituras do Estado. No Setor Privado o volume das Operações de Empréstimos foram mais significativas, totalizando R\$ 1.182,1 milhões, representado 98,05% do total de empréstimos, demonstrando forte inserção na economia catarinense.

Nas demonstrações contábeis do ano de 1998, publicadas somente em 01/05/2000, não foi disponibilizado a forma de distribuição do crédito no Setor Privado.

Em 1999, os Ativos Totais do Banco do Estado de Santa Catarina, apresentaram novamente forte decréscimo de 35,5%, em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 1.665,2

milhões, justificado pelos Diretores nomeados pelo Bacen no Relatório da Administração como sendo "... pelas expressivas baixas ocorridas em função do processo de saneamento e pela contrapartida das reduções nos níveis de empréstimos".

Conforme se observa na justificativa da Diretoria, as Operações de Empréstimos, incluindo as Operações de Crédito, as Operações de Arrendamento Mercantil e os Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (ACC e ACE) sofreram forte redução de 40,86%, totalizando R\$ 721,0 milhões.

As principais Operações de Empréstimos por linha de Crédito estão apresentadas a seguir:

Quadro 20 - Evolução e Distribuição por linha de Crédito: 1998-1999 (R\$ milhões)

Operações Empréstimos	Dez/98	Dez/99	Part. % 1999	Evol %
Total	1.198,7	715,9	100,00	(40,28)
Empréstimos e Tit. Desc.	574,7	264,0	36,87	(54,06)
Crédito Habitação	405,9	321,4	44,89	(20,82)
Créd. Direto Consumidor	44,0	26,6	3,72	(39,55)
Financ. Repasse Oficial	103,1	37,2	5,20	(63,92)
Crédito Rural	71,0	66,7	9,32	(6,06)

Fonte: Besc/DEPLA - 1999

As Operações de Empréstimos por Setor da Economia totalizaram R\$ 712,6 milhões. O Setor público foi contemplado com apenas R\$ 629 mil, representando irrisórios 0,09% do total emprestado.

Ao Setor Privado, o total das Operações de Empréstimos foi de R\$ 712,05 milhões, representando 99,91% do total de empréstimos.

Também em 1999 não foi disponibilizada nas Demonstrações Contábeis a distribuição dos empréstimos concedidos ao Setor Privado.

No ano de 2000, os Ativos totais do Besc atingiram R\$ 2.225,8 milhões, evoluindo positivamente devido ao aumento de Capital da ordem de R\$ 780 milhões, oriundos do "Contrato de Abertura de Crédito e Venda de Ações sob Condição" junto ao Banco Central do Brasil. As Operações de Empréstimos por linha de crédito em 2000, estão representadas no quadro 21:

Quadro 21 - Evolução e Distribuição por linha de Crédito: 1999-2000 (R\$ milhões)

Operações Empréstimos	Dez/99	Dez/00	Part. % 2000	Evol %
Total	715,9	526,5	100,00	(26,46)
Empréstimos e Tit. Desc.	264,0	175,2	33,28	(33,64)
Crédito Habitação	321,4	221,9	42,15	(30,96)
Créd. Direto Consumidor	26,6	40,3	7,65	51,50
Financ. Repasse Oficial	37,2	24,6	4,67	(33,87)
Crédito Rural	66,7	64,5	12,25	(3,30)

Fonte: Besc/DEPLA - 2000

Novamente, sob a Administração do Besc indicada pelo Bacen, as principais Operações de Crédito do Banco, continuaram apresentando forte redução refletindo o impacto das medidas restritivas adotadas na concessão de créditos. O total das Operações de Crédito de 2000 em relação ao ano anterior representou uma redução de 26,46% nos Operações do Banco. Na conta de Empréstimos e Títulos Descontados a redução das operações foram mais significativas ainda, chegando a 33,64%.

As Operações de Empréstimos por setor da economia totalizaram R\$ 588,5 milhões. Ao Setor público, preferencialmente prefeituras, foram destinados apenas R\$ 710 mil, representando 0,0001% do total.

O Setor Privado recebeu crédito na ordem de R\$ 587,8 milhões, representando 99,98% do total de créditos concedidos, distribuídos conforme quadro 22:

Quadro 22 - Distribuição do Crédito Setor Privado: 2000 (R\$ milhões)

Setor privado	Valor	Participação%
Habitação	244,7	41,63
Comércio	55,8	9,49
Pessoas físicas	122,8	20,89
Indústria	49,9	8,49
Rural	31,2	5,31
Outros serviços	50,6	8,61
Outros créditos	32,8	5,58
Total	587,8	100,00

Fonte: Besc Balanço 2000

Vale destacar no ano de 2000, o item nº 4 do Parecer da AUDIT Auditores Independentes, constante do Balanço Patrimonial onde ressalta que: “conforme descrito na

nota explicativa nº 17b, o Banco, objetivando atender o disposto na Circular nº 2974/00 do Banco Central do Brasil, registrou em conta de prejuízos acumulados, parte dos efeitos decorrentes da apreciação dos critérios determinados pela Resolução nº 2682/99 na apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. O procedimento adotado está em desacordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária e resultou na redução do prejuízo do período findo em 31 de dezembro de 2000, no montante de R\$ 75,6 milhões no Banco e R\$ 102,4 milhões no Banco Consolidado”.

Em 2001, o Ativo Total cresceu 3,48% em relação ao ano anterior, alcançando o valor de R\$ 2.302,2 milhões. Apesar da evolução positiva dos recursos captados; depósitos à vista; depósitos de poupança; captações no mercado aberto, isto é, o Banco tinha disponibilidade para alavancar suas Operações de Crédito, a Diretoria manteve forte restrição na política de concessão de crédito, conforme está demonstrado no quadro 23:

Quadro 23 - Evolução e distribuição por linha de crédito: 2000-2001 (R\$ milhões)

Operações Empréstimos	Dez/00	Dez/01	Part. % 2001	Evol %
Total	526,5	356,1	100,00	(32,36)
Empréstimos e Tit. Desc.	175,2	109,1	30,64	(37,73)
Crédito Habitação	221,9	116,8	32,80	(47,36)
Créd. Direto Consumidor	40,3	38,2	10,73	(5,21)
Financ. Repasse Oficial	24,6	16,6	4,66	(32,52)
Crédito Rural	64,5	75,4	21,17	16,90

Fonte: Besc/DEPLA – 2001

O reflexo da continuidade da política restritiva volta-se a observar nas Operações de Empréstimos por setor de atividade econômica.

O Setor público, representado preferencialmente pelas Prefeituras, não recebeu nenhum empréstimo do Banco do Estado de Santa Catarina no ano de 2001.

O Setor Privado recebeu de empréstimo o valor de R\$ 377,8 milhões, representando forte redução de 35,73% em relação ao ano anterior, como pode-se verificar no quadro 24:

Quadro 24 - Evolução e distribuição ao Setor Privado – 2001 (R\$ milhões)

Setor privado	Valor	Participação (%)	Evolução (%)
Habitação	129,3	34,22	(47,16)
Comércio	36,5	9,66	(34,59)
Pessoas físicas	104,3	27,61	(15,07)
Indústria	35,7	9,45	(28,46)
Rural	41,6	11,01	(33,33)
Outros serviços	28,1	7,44	(44,47)
Outros créditos	2,3	0,61	(92,99)
Total	377,8	100,0	(35,73)

Fonte: Besc Balanço 2001

Apesar da troca dos Auditores Independentes, para Boucinhas & Campos S/C o Parecer em seu § 3º ressalva o não reconhecimento por parte do Banco nas Demonstrações Contábeis de 2001, sua parcela de responsabilidade como patrocinadora do Déficit Atuarial da Fundação Codesc de Seguridade Social (FUSESC) no valor de R\$ 315,3 milhões.

Novamente, em 2002 os Ativos Totais apresentaram elevação de 31,60% em relação ao ano de 2001, totalizando R\$ 3.029,6 milhões. Tiveram evolução positiva todos os recursos captados, como por exemplo, os Depósitos de Poupança que nesse ano ultrapassaram a marca de um bilhão de reais, mais precisamente R\$ 1,034 bilhão. Significativo também foram as Captações do Mercado Aberto com aumento de 237,5% em relação ao ano de 2001, representando o retorno de grandes aplicadores.

Pode-se afirmar então que existia uma disponibilidade de recursos muito grande; mas, fruto da política implementada no Besc pela Administração do Bacen, conforme consta do Relatório da Administração no balanço de 2002, as prioridades, dentre outras, eram:

- Efetuar aplicações financeiras obrigatoriamente em Títulos Federais;
- Não concessão de novos créditos que impliquem crescimento real das Operações Ativas;
- Concessão de Crédito aos clientes que evidenciem baixo risco na operação e com garantias reais;
- Suspensão de todo e qualquer gasto com publicidade e propaganda.

Diante então, da adoção dessa política de crédito restritiva, as principais Operações de Crédito no ano de 2002, ficaram assim distribuídas:

Quadro 25 - Evolução e Distribuição por linha de Crédito: 2001-2002 (R\$ milhões)

Operações Empréstimos	Dez/01	Dez/02	Part. % 2002	Evol %
Total	356,1	398,3	100,00	11,85
Empréstimos e Tit. Desc.	109,1	90,7	22,77	(16,87)
Crédito Habitação	116,8	119,7	30,05	2,48
Créd. Direto Consumidor	38,2	37,4	9,39	(2,09)
Financ. Repasse Oficial	16,6	51,1	12,83	207,83
Crédito Rural	75,4	99,4	24,96	31,83

Fonte: Besc Balanço - 2002

Nas Demonstrações contábeis de 2002, não foi explicitado as Operações de Empréstimos por Setor de Atividade Econômica.

Podemos concluir após a análise dos dados apresentados, que fica evidenciada a forma de administração que o Banco do Estado de Santa Catarina apresentou no período do estudo realizado. Enquanto existia uma administração voltada a atender os interesses da sociedade catarinense, o Banco apresentava crescimento de suas operações de crédito, cumprido suas funções de agente financeiro público e de fomentador da economia catarinense.

Foi a partir de 1998 com a Inspeção Global Consolidada realizada pelo Banco Central, que a administração do Banco do Estado de Santa Catarina passou a aplicar as recomendações para efeito de reestruturação/federalização, uma política de crédito conservadora e restritiva, deixando de atender as funções básicas de um agente financeiro que é a irrigação do crédito nos mais diversos segmentos da sociedade.

CAPÍTULO V

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de privatização que assolou a sociedade brasileira percorreu um ciclo que começa com a estratégia deliberada de sucateamento de órgãos públicos, no decorrer da década de noventa, centrada no desinvestimento financeiro, físico e humano em vários setores. Paralelamente, realizou-se uma bem articulada campanha de marketing com o apoio incontestável da mídia, salientado por um lado a ineficiência crônica do setor público e, por outro lado, a eficiência do mundo do mercado.

Foi assim que os ditames neoliberais passaram a conduzir os procedimentos de política econômica adotados no País, neste caso, mais especificamente ao desmantelamento do setor financeiro estatal provocando forte redução no total dos ativos financeiros, abrindo espaço de atuação ao setor financeiro privado nacional e transnacional.

O processo de federalização para posterior privatização do Sistema Financeiro Besc é mais um exemplo do alcance das medidas recomendadas e exigidas no âmbito dos acordos assumidos com as Agências Multilaterais na implementação da política econômica no Brasil.

Neste contexto, houve a participação direta do Banco Central do Brasil e dos poderes; executivo, legislativo e judiciário. O empenho do governo do estado e dos administradores do banco, numa incansável campanha via imprensa no intuito de destruir a imagem e a credibilidade do banco, a manipulação dos balanços, o poder Judiciário respaldando o interesse do Executivo, as artimanhas realizadas na Assembléia Legislativa do estado para a efetivação da transferência das ações do SFBesc para a União, consolidaram a formatação do processo de federalização do Sistema Financeiro Besc.

A equipe técnica do Banco Central que passou a administrar o SFBesc com intuito de prepará-lo para a privatização, adotou normas e princípios bancários extremamente conservadores e rigorosos na concessões das operações de crédito, nas suas mais diversas modalidades. Houve direcionamento dos recursos captados, em aplicações financeiras na aquisição de Títulos Federais, deixando assim de cumprir suas atribuições de agente fomentador da economia, demonstrando dessa forma não haver nenhum compromisso com a sociedade catarinense. O que se observou, foi a aplicação de uma

política de crédito restritiva ao extremo, praticamente paralisando as operações de crédito, conforme pôde-se verificar no decorrer desse trabalho.

Ressalta-se que o papel de um banco público numa nação com tantas carências como a nossa não pode ser desprezado. Os bancos públicos são fontes importantes de desenvolvimento justamente porque assumem compromissos de atuação em esferas nas quais as instituições privadas não têm interesse pelo alto risco e baixa lucratividade. O Banco do Estado de Santa Catarina - público - tem a capacidade de oferecer a população de Santa Catarina através da capilaridade de suas agências e extensão de atuação, o crédito, serviços bancários e o apoio às micro e pequenas empresas, ao produtor final e àqueles que verdadeiramente produzem e geram empregos.

Ao finalizar-se esse trabalho, o processo de privatização do Sistema Financeiro Besc, encontra-se *sub-júdice*, resultado de diversas ações populares impetradas no Supremo Tribunal Federal, apesar do banco ter sido incluído no Programa Nacional de Desestatização – PND em 1999.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMADA, Débora. *Privatizar o BESC faz parte das ações para sanear o País*. Gazeta Mercantil, 24 de março de 1999. p D3.

ALVIM, Valdir; CONCEIÇÃO, Alceu Ferreira (Orgs.). *A Trama da Privatização: a reestruturação neoliberal do estado*. Florianópolis: Insular, 2001. 224 p.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI/Besc – RES. DP. N.º 32/99*. Florianópolis: Palácio Barriga Verde. 2000.

BAHIA, Carolina. *BC anuncia a privatização do BESC*. Diário Catarinense, 18 de fevereiro de 2003. p 15

BESC - BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *Besc uma idéia 35 anos depois*. Florianópolis: Besc, 1997.

BIONDI, Aloysio. *O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, 48 p.

CALVACANTE, Francisco; MISUMI, Jorge Yoshio. *Mercado de Capitais*. Rio de Janeiro: Campus, 2002. 373 p.

CASTRO JR, Osvaldo Agripino de. A Justiça Federal e a Privatização das Estatais. In ALVIM, Valdir; CONCEIÇÃO, Alceu Ferreira (Orgs.). *A Trama da Privatização: a reestruturação neoliberal do estado*. Florianópolis: Insular, 2001. 224 p.

CATARINENSE, Diário. “*Deputados ouvem explicações de Fontana e Vieira*”. 10 de agosto de 1999. p 10

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro. In. *Praga – Estudos Marxistas*, nº 3. São Paulo: Hucitec, 1997.

COLIGAÇÃO MAIS SANTA CATARINA: *Amin governador, Jorge senador*. Florianópolis: Carta, 1998. (Panfleto)

CONCEIÇÃO, Alceu Ferreira. As Agências Multilaterais e a Política Econômica do Governo FHC. In ALVIM, Valdir; CONCEIÇÃO, Alceu Ferreira (Orgs.). *A Trama da Privatização: a reestruturação neoliberal do estado*. Florianópolis: Insular, 2001. 224 p.

DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis, 15.06.2001.

DIEESE, Linha Bancários. *A Reestruturação do SFBesc no Contexto do PROES e da Renegociação da Dívida Pública Estadual* -Texto para discussão. Florianópolis: DIEESE – Subseção SEEB – Florianópolis e região, março de 1999.

ESTADO, O. “*Governo estadual admite privatização do BESC*”. 19 de fevereiro de 1999. p 6.

FRANCO, Gustavo. *Seis anos de trabalho: um balanço*. Brasília: Relatório, 1999. (Mimeo)

FURTADO, Cid. “*Federalização do BESC aprovada na CAE*”. A Notícia, 10 de dezembro de 1999. p 14.

LACERDA, Denise. *Santa Catarina pedirá federalização do BESC*. O Estado, 03 de agosto de 1999. p 6.

LAGES, Valéria. *Só a federalização pode salvar BESC da liquidação*. A Notícia, 3 de agosto de 1999. p 7.

MACHADO, Luiz Toledo. *O Preço do Futuro: um modelo de reconstrução nacional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 94 p.

MENEZES, Ana Cláudia. *AL vota federalização do BESC*. A Notícia, 8 de setembro de 1999. p 5.

MERCANTIL, Gazeta. “*Cresce desgaste com indefinição sobre o BESC*”. 05 de julho de 1999.

MINELLA, Ary. Reforçando a Hegemonia Financeira Privada: a privatização dos bancos estaduais. In ALVIM, Valdir; CONCEIÇÃO, Alceu Ferreira (Orgs.). *A Trama da Privatização: a reestruturação neoliberal do estado*. Florianópolis: Insular, 2001. 224 p.

NOTÍCIA, A. “*Senado autoriza empréstimo para SC*”. 09 de dezembro de 1998, A-8.

NUNES, João Batista. Enfrentando Barreiras Culturais na Luta contra a Privatização. In ALVIM, Valdir; CONCEIÇÃO, Alceu Ferreira (Orgs.). *A Trama da Privatização: a reestruturação neoliberal do estado*. Florianópolis: Insular, 2001. 224 p.

PAGLIARI, Marisabel. *A concentração bancária no Brasil a partir da década de 90*. Monografia de graduação em economia – UFSC 2003.

PETRAS, James. *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. Blumenau; Editora da FURB, 1999.

PIRES, Glaicon. *A Automatização e a Transformação do trabalho Bancário*. Monografia de graduação em economia – UFSC, 1999.

RAMPINELLI, Waldir José. A Globalização e as Privatizações. In ALVIM, Valdir; CONCEIÇÃO, Alceu Ferreira (Orgs.). *A Trama da Privatização: a reestruturação neoliberal do estado*. Florianópolis: Insular, 2001. 224 p.

SANDRONI, Paulo. Sistema Financeiro Nacional. In. *Novo Dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller, 1998. 375 p.

SANTA CATARINA. *Constituição do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: DDSG-ALESC, 2000.

SANTOS, Iliane Medeiros. *O processo de privatização do Banco do Estado de Santa Catarina – BESC*. Dissertação de mestrado em educação e cultura – UDESC, 2004.

VIANA JR, Aurélio (Org.) *As Estratégias dos Bancos Multilaterais para o Brasil: análise crítica e documentos inéditos*. Brasília, DF: Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais.1998.

ANEXOS

ANEXO I

Relação das agências pioneiras do Banco do Estado de Santa Catarina S.A. – Besc, e sua distribuição por região no Estado Catarinense:

Região da Grande Florianópolis:

Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Paulo Lopes, Rancho Queimado, São Bonifácio.

Região norte:

Garuva, Itapoá, Matos Costa.

Região do Vale do Itajaí:

Agronômica, Atalanta, Aurora, Botuverá, Dona Emma, Dr. Pedrinho, Imbuia, José Boiteux, Laurentino, Lontras, Luiz Alves, Petrolândia, Presidente Nereu, Vitor Meireles, Witmarsun.

Região Sul:

Armazém, Grão Pará, Imaruí, Maracajá, Pedras Grandes, Praia Grande, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São João do Sul, São Martinho, Timbé do Sul.

Região Serrana:

Abdon Batista, Arroio Trinta, Bom Jardim da Serra, Celso Ramos, Erval Velho, Ibicaré, Jaborá, Lacerdópolis, Luzerna, Ouro, Pinheiro Preto, Presidente Castelo Branco, Rio das Antas, Salto Veloso, São José do Cerrito, Timbó Grande, Treze Tílias, Urupema.

Região Oeste:

Águas de Chapecó, Caxambu do Sul, Faxinal dos Guedes, Galvão, Guarujá do Sul, Ipira, Iraceminha, Lindóia do Sul, Marema, Modelo, Nova Erechin, Peritiba, Romelândia, Saudades, Serra Alta, Tunápolis, União do Oeste e Xavantina.

ANEXO II

Relação dos Postos de Atendimento Bancário – PAB nos municípios do Estado de Santa Catarina, em ordem alfabética:

Águas Frias, Alto Bela Vista, Arabutã, Arvoredo, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Balneário Barra do Sul, Bela Vista do Toldo, Belmonte, Bocaina do Sul, Bom Jesus, Bom Jesus do Oeste, Bombinhas, Braço do Trombudo, Brunópolis, Calmon, Capão Alto, Cerro Negro, Chapadão do Lageado, Cordilheira Alta, Coronel Martins, Cunhataí, Entre Rios, Ermo, Flor do Sertão, Formosa do Sul, Frei Rogério, Guatambu, Ibiama, Iomerê, Ipuacu, Irati, Jardinópolis, Jupiá, Lageado Grande, Macieira, Mirim Doce, Monte Carlo, Morro Grande, Nova Itabeiraba, Novo Horizonte, Ouro Verde, Paial, Palmeira, Paraíso, Passos Maia, Passos Torres, Planalto Alegre, Ponte Alta do Norte, Princesa, Rio Rufino, Riqueza, Santa Terezinha do Progresso, Saltinho, Sangão, Santa Helena, Santa Terezinha, Santiago do Sul, São Bernardino, São Cristóvão do Sul, São João do Itaperiú, São João do Oeste, São Miguel da Boa Vista, São Pedro de Alcântara, Sul Brasil, Tigrinhos, Treviso, Vargem, Vargem bonita e Zortéa.

ANEXO III

Carta do Banco Central do Brasil ao governo do Estado de Santa Catarina, referente ao processo de federalização do Besc.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRET-99/2797
1999.

Brasília (DF), 29 de julho de

Ex.mo Sr.
Esperidião Amin Helou Filho
Governador do Estado de Santa Catarina

FLORIANÓPOLIS – SC

Senhor Governador,

A estabilização econômica atingida com a implantação do Plano Real, a partir de julho de 1994, ocasionou profundas alterações na economia brasileira, produzindo fortes impactos no Sistema Financeiro Nacional, em especial pela eliminação dos ganhos inflacionários obtidos sobre recursos de terceiros.

2. Em decorrência, a participação das instituições financeiras no Produto Interno Bruto reduziu-se significativamente, passando de 15,6% em 1993, para 6,9% em 1995. Essa redução tende a continuar até atingir patamares internacionais e acarreta um aumento da competitividade entre os agentes do sistema financeiro nacional.

3. Esse novo cenário afetou principalmente as instituições financeiras públicas que, além das dificuldades oriundas do processo de estabilização, vêm, ao longo do tempo, convivendo com graves problemas estruturais e de ineficiência gerencial e operacional.

4. Os principais problemas verificados, comuns de uma maneira geral a todas as instituições públicas, são os seguintes:

- descontinuidade administrativa;
- deficiências no gerenciamento técnico, em todos os níveis de decisão;
- deficiência ou até inexistência de controles internos;
- elevada inadimplência, resultante de políticas de crédito que apresentam condições improváveis de recebimento;
- expressivos avais e fianças honrados, com poucas perspectivas de recebimento;
- concentração de empréstimos em carteiras de baixo retorno;
- ativação de créditos tributários cuja realização depende da geração de lucros expressivos, improváveis na atual conjuntura operacional para o segmento;
- aplicações em direitos, títulos e valores mobiliários com baixa liquidez e/ou rentabilidade, escriturados pelo valor de face;
- manutenção de bens não de uso próprio, em valores contábeis elevados, cuja realização por esses valores é improvável, pelas condições atuais do mercado imobiliário;
- estrutura de custos incompatível com as receitas auferidas;

- existência de elevados passivos decorrentes de benefícios concedidos a seus funcionários, com especial destaque para complementação de aposentadoria;
- elevados riscos contingenciais, decorrentes, principalmente, de ações trabalhistas;
- manutenção, no ativo diferido, em montante relevante, de despesas que não contribuirão para resultados futuros, dificultando as perspectivas de obtenção de lucro;
- manutenção de atividades e agências deficitárias.

5. Nesse contexto, considerando, ainda, as restrições e imposições legais a que as entidades do setor público estão submetidas, prejudicando as condições de competição em um mercado muito ágil e em processo de reestruturação, há muitas dificuldades para continuidade dos bancos públicos, em função da lenta adaptação às exigências do mercado.

6. Por outro lado, a situação fiscal dos Estados não permite antever a possibilidade de aporte de recursos para recapitalização dos seus bancos nos montantes necessários à manutenção dos requisitos mínimos de capital e de patrimônio líquido.

7. Nas condições atuais do mercado financeiro brasileiro, as instituições que apresentam problemas estruturais e deficiências de ordem gerencial ou operacional sofrem acelerado processo de deterioração de suas condições econômico-financeiras, de modo que a não adoção em tempo hábil das medidas corretivas necessárias acarreta inevitavelmente a sua inviabilidade, sujeitando-as, por conseguinte, à liquidação extrajudicial.

8. No caso de instituições financeiras públicas estaduais, a adoção dessa medida extrema acaba impondo custos ainda maiores aos tesouros dos respectivos Estados, posto que, na forma da legislação em vigor, os controladores são os responsáveis finais pela integral satisfação de todos os credores da sociedade liquidada.

9. Para situações da espécie, a Medida Provisória nº 1900-39, de 26.06.1999, por estabelecer mecanismos que objetivam incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, apresenta-se como alternativa à adoção da liquidação extrajudicial preconizada na Lei nº 6.024/74.

10. As instituições financeiras do Estado de Santa Catarina encontram-se nas condições referidas nos itens anteriores, cabendo comentar o histórico de ocorrências verificadas nos últimos semestres.

O resultado dos trabalhos da Inspeção Global Consolidada realizada pela fiscalização deste Banco Central, para a data base de 31.12.97, revelou uma necessidade de ajustes contábeis da ordem de R\$ 252 milhões de forma a demonstrar a real situação patrimonial do Conglomerado, bem como uma expressiva deficiência nos seus controles internos, notadamente nos sistemas de concessão e acompanhamento de créditos.

11. Em consequência da situação constatada, o Estado de Santa Catarina encaminhou a este Banco Central o Ofício GG-97/13215/97, de 26.12.97, optando por financiar, no âmbito do PROES, os recursos necessários à manutenção dos patrimônios líquidos daquelas instituições em níveis adequados, conforma projeto que contemplava os valores necessários ao saneamento do conglomerado Besc e o Termo de Compromisso de Gestão assinado.

12. Como resultado das negociações ocorridas posteriormente, foi firmado, em 31.03.98, entre a União e o Estado de Santa Catarina, Contrato de Abertura de Crédito, cuja aprovação pelo Senado Federal, devido a atrasos por parte do Governo do Estado no encaminhamento da documentação necessária e na adoção das providências legais requeridas para a concessão de financiamentos da espécie, somente ocorreu em 08.12.98, conforme Resolução nº 95/98.

13. Do montante dos ajustes determinados, R\$ 218 milhões integrariam o contrato de saneamento e os restantes R\$ 34 milhões seriam suportados pelo Banco do Estado de Santa Catarina S.A., mediante a redução de seu patrimônio líquido.

14. De acordo com o referido contrato, o saneamento patrimonial das instituições dar-se-ia da seguinte forma:

□ capitalização: R\$ 100 milhões, sendo R\$ 50 milhões financiados pela União e R\$ 50 milhões a serem integralizados pelo Estado; e

□ aquisição de FCVS pelo Estado: R\$ 118 milhões, sendo 59 milhões financiados pela União e R\$ 59 milhões pela assunção de passivos do Conglomerado pelo Estado.

15. Em 14.04.98, através da correspondência DEPAL/REFIS-98/72, foi determinado às instituições componentes do Conglomerado Besc o refazimento, até 20.04.98, das demonstrações financeiras referentes à data base de 31.12.97, de modo a contemplar todos os ajustes decorrentes do processo de saneamento e constantes do contrato retro mencionados. Foi exigida, ainda, a apresentação de relatório de detalhamento dos projetos constantes no Termo de Compromisso de Gestão, que deveria ser encaminhado a esta Autarquia até a data de 30.04.98 pelo então governador do Estado de Santa Catarina.

16. As instituições do conglomerado Besc não cumpriram as determinações contidas na correspondência que preconizou a contabilização dos ajustes somente após aprovação do contrato pelo Senado Federal, com argumentos meramente protelatórios, tais como:

2. *“no exercício de 1997 houve pagamento de dividendos e juros sobre capital pelas empresas nos seguintes valores, sendo impossível revertê-los, por falta de base legal para os ajustes...”;*

3. *“eventuais ajustes técnicos e gerenciais por despesa em um único período, relativos a eventos de exercícios anteriores (mais de 15 anos), como é o caso do FCVS que agora se regulariza e saneia...”;*

4. *“no ano de 1997 houve a venda, pelo Estado, de aproximadamente 50% do capital não votante do Banco Comercial para a iniciativa privada, já dentro do processo de ampliação da base de acionistas e redução da presença do Estado na Instituição, conforme preconiza a Medida Provisória. Penalizar esse acionista estratégico com ajustes técnicos por provisões, que agora não se justificam mas que talvez se justificassem no passado, como no caso do FCVS, certamente trará discussão judicial que poderia colocar em risco todo o projeto de saneamento e capitalização e a própria continuidade das instituições”;*

5. *“no exercício de 1997 foram pagas participações nos lucros aos funcionários da ordem de R\$ 3,9 milhões que também não podem ser recuperados em razão da legislação trabalhista”;*

6. *“as demonstrações financeiras foram devidamente auditadas, aprovadas em Assembléia Geral de Acionistas, levadas ao conhecimento das Bolsas de Valores e do mercado em geral. Sua alteração põe em risco a nova chamada de capital e levaria ao descrédito as instituições perante os clientes, acionistas e investidores, comprometendo o seu futuro. Com isto, pode-se chegar à falsa conclusão de que as informações prestadas ao mercado não eram verdadeiras e não apresentavam a real situação econômico-financeira das instituições, naquela data-base, segundo as normas em vigor e comuns a todas as instituições”;*

7. *“ainda que os ajustes sejam realizados no contexto do projeto de saneamento, o seu desvirtuamento, em especial em ano eleitoral e, portanto, propício para usos com fins políticos, nem sempre éticos, traria reflexos tão negativos que superaria o próprio saneamento e capitalização realizada”;*

8. *“o processo de ajustes e saneamento no Sistema Financeiro Besc começou a ser intensificado logo após a implantação do Plano Real, e persiste ainda, pois ficou evidente tanto nas análises internas, quanto através da fiscalização do Banco Central, a necessidade de Capitalização, Redução de Custos, Modernização Gerencial, Ampliação de Negócios e a Manutenção de adequados níveis de Liquidez...”*

18. Entretanto, durante esse período e até o término do ano de 1998, nenhuma providência concreta foi tomada pelos então administradores do Conglomerado, seja no sentido de reconhecer em suas demonstrações financeiras os ajustes determinados, seja no sentido de implementar os projetos constantes no Termo de Compromisso de Gestão.

19. Após a aprovação pelo Senado Federal, tendo em vista a mudança do Governo do Estado, com a conseqüente descontinuidade administrativa referida anteriormente, e de forma a atender, inclusive, solicitação feita por V.Ex^a. em 16.12.98, já como Governador eleito, a fiscalização do Banco Central realizou Inspeção Global Consolidada nas empresas componentes do Conglomerado Besc tendo como referência a data base de 31.12.98, de maneira a verificar que se os números que serviram de base ao saneamento previsto ainda se apresentavam adequados à realidade da instituição.

20. O resultado desse trabalho revelou profunda deterioração das condições econômico-financeiras do Conglomerado Besc, provocados basicamente pelos problemas estruturais e pelas deficiências gerenciais e operacionais existentes nas instituições. Como

consequência, em 19.03.99, foi firmado pelos senhores diretores do Conglomerado Besc, Termo de Comparecimento, o qual apontava uma necessidade de ajustes da ordem de R\$ 652 milhões, sendo R\$ 357 milhões de ajustes regulamentares e R\$ 295 milhões de ajustes técnicos, revelando um expressivo comprometimento patrimonial e a decorrente inviabilidade do efetivo saneamento do Conglomerado pela implementação do contrato anteriormente firmado.

21. Em função da argumentação apresentada por meio da correspondência PRESI/SEGER-99/0167, de 05.04.99, nova verificação foi procedida pela fiscalização do Banco Central, quando foram alterados os valores daquele Termo de Comparecimento, resultando em um total de ajustes de R\$ 819 milhões, representados por R\$ 308 milhões de ajustes regulamentares e R\$ 511 milhões de ajustes técnicos.

22. Esclarecemos que a alteração para menor dos ajustes regulamentares deu-se em função do acatamento de ponderações feitas, enquanto o aumento dos ajustes técnicos foi causado, basicamente, pelo incremento do déficit técnico da FUSESC oriundo da atualização das reservas a amortizar, considerada a paridade de contribuições entre os participantes e os patrocinadores.

23. Os novos números, após serem discutidos com o corpo gerencial das instituições em reunião havida no dia 21.05.99, foram comunicados oficialmente ao Conselho de Administração daquele Conglomerado, mediante a correspondência DIRET-99/1969.2, de 01.06.99.

24. Em resposta, foi apresentada a esta autarquia, por meio do expediente PRESI-99/371, de 30.06.99, nova Proposta de Capitalização, Saneamento e Compromisso de Gestão para o Conglomerado Besc, que tem como base as disposições do Contrato de Abertura de Crédito entre a União e o Estado de Santa Catarina firmado em 31.03.98 e visa a reconstituir, após os ajustes determinados, o nível de patrimônio líquido existente em 31.12.98.

25. A estratégia de capitalização contida na proposta apresentada envolve valores não contemplados no Contrato original, sugerindo seu financiamento pela União, prevendo, ainda, medidas de difícil implementação e que demandariam longo prazo para a sua execução.

26. Face ao exposto e tendo em vista, ainda, a real dimensão das deficiências patrimoniais das instituições, a proposta trazida à apreciação deste Bacen não é suficiente para resolver os graves problemas existentes, sendo inviável a sua implementação, fato já comunicado ao Conselho de Administração do Conglomerado Besc.

27. Desta forma e considerando:

□ a inviabilidade da proposta de saneamento anteriormente contratada, bem como da nova versão apresentada;

□ a real situação de comprometimento patrimonial das instituições componentes do Conglomerado Besc apurada pela fiscalização deste Banco Central na data-base de 31.12.98;

□ a retificação do prazo de 06.08.99 para publicação das demonstrações financeiras referentes à data base de 31.12.98, onde deverão estar reconhecidos os ajustes determinados, evidenciando a real situação das instituições;

□ a impossibilidade de geração de resultados positivos pelas instituições, em função, principalmente, da não adoção tempestiva das medidas de correção apontadas já na Inspeção Global Consolidada com data-base de 31.10.97, que visavam a eliminação dos problemas estruturais e das deficiências gerenciais e operacionais;

□ o reconhecimento, por parte desse governo, da inexistência de recursos próprios para promover aumento de capital nas instituições, de forma a recompor o patrimônio líquido do Conglomerado aos níveis legalmente exigidos;

□ a acentuada deterioração econômico-financeira verificada nas instituições do Conglomerado Besc;

□ os novos prazos estabelecidos pela Medida Provisória nº 1900-39, de 29.06.99, de 31.08.99 para firmar compromisso de gestão junto a este Banco Central, e de 30.09.99 para assinatura de contrato prevendo a aquisição do controle acionário de instituições financeiras estaduais pela União;

Determinamos, com base no artigo 5º da Lei 9.447, de 14.03.97, imediatas providências por parte do governo de V.Ex^a. de forma a viabilizar, em tempo hábil, o enquadramento do Estado nos termos da Medida Provisória acima referida, única hipótese

plausível para se evitar a liquidação extrajudicial das instituições componentes do Conglomerado Besc.

Saudações,

Armínio Fraga Neto

Presidente